

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Elite do Agronegócio em Unaí: Percepções sobre
Pobreza e Desigualdades Sociais**

Daniel Coelho de Oliveira

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**ELITE DO AGRONEGÓCIO EM UNAÍ: PERCEPÇÕES SOBRE
POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS**

DANIEL COELHO DE OLIVEIRA

Sob a Orientação da Professora
Dr. Ana Célia Castro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Seropédica, RJ
Abril de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DANIEL COELHO DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/04/2008

Dra. Ana Célia Castro - CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Dr. Nelson Giordano Delgado - CPDA/UFRRJ

Dr. José Roberto Novaes - IE/UFRJ

**Dedico este estudo ao meu pai
Geraldo Augusto (in memoriam)
e Minha mãe Maria Celina. Por
todo amor e dedicação.**

Agradecimentos

Aos professores do CPDA, que contribuíram para minha formação, em especial a minha orientadora Ana Célia Castro, pelo incentivo, dedicação e apoio para concretização deste trabalho.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa, ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e à *Action Aid* Brasil pelo apoio financeiro para realização do trabalho de campo.

Ao Professor Rômulo Soares Barbosa, por todo seu apoio na minha formação acadêmica e por suas sugestões e comentários para a esta dissertação.

Aos vários colegas que de alguma forma contribuíram na construção da dissertação entre eles devo destacar: Liandra, Silvia, Juliana, João Pinto, Klenio e Olavo.

Ao amigo Marcelo Romarco, um “consultor” para todas as horas, leitor de todos meus escritos, pessoa com quem dividi bons momentos no Rio de Janeiro.

Ao velho amigo Fabiano, um grande incentivador e leitor crítico dessa dissertação.

Tive o privilégio de encontrar no Rio de Janeiro, pessoas que me ajudaram em momentos importantes, tenho toda gratidão do mundo para com: Mazinho, Eduardo, João e Maria.

À minha princesa Carla, que esteve ao meu lado em todos os momentos, apoiando e incentivando quando eu mais precisava.

Todas as pessoas que me conhecem sabem o quanto minha família é importante em minha vida, agradeço a todos meus irmãos pelo incentivo. Quero agradecer em especial a Esther e Iguirvam, que me acolheram com muito carinho durante a elaboração deste trabalho.

A todos aqueles que contribuíram, meus sinceros agradecimentos.

“A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade... Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.”

Rui Barbosa (1849-1923).

RESUMO

OLIVEIRA, Daniel Coelho. **Elite do Agronegócio em Unaí: Percepções sobre Pobreza e Desigualdades Sociais** 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

O debate sobre pobreza e desigualdades sociais é significativamente relevante em um país com extremas disparidades como o Brasil. Por este motivo, o presente trabalho objetiva compreender a percepção que a elite do agronegócio em Unaí (MG) tem dos processos de desigualdade social e pobreza no município. No primeiro momento, indicadores sociais e econômicos são utilizados para justificar a opção pela pesquisa neste espaço. Em seguida, serão aprofundadas algumas questões relacionadas com os temas pobreza e desigualdade a partir de uma pesquisa qualitativa com atores do agronegócio. Entre as considerações que o trabalho apresenta, observa-se primeiramente que a elite do agronegócio em Unaí é ciente dos impactos do crescimento do setor no desenvolvimento econômico do município, mas acredita que aspectos sociais possuem importância secundária no processo. Em segundo, parte dos problemas sociais do município atualmente se relaciona com transformações estruturais que ocorreram no agronegócio local, sendo o Estado apontado como o principal responsável em resolvê-los. No terceiro momento, nota-se que as políticas públicas: de assistência social como o “Bolsa Família” e de Reforma Agrária, são vistas como ineficientes, mas desempenham um papel de mitigar os efeitos perversos da mecanização agrícola. Por último, observa-se que a agroindustrialização de Unaí é apontada como uma via futura para o desenvolvimento econômico do município e solução para os problemas sociais.

Palavras-Chaves: Agronegócio, pobreza e desigualdade social.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Daniel Coelho. **Elite of Agribusiness in Unaí: Perception about Poverty and Social Inequality**. 2008. 116 p. Dissertation (Master in Development, Agriculture and Society). Institute of Social and Human Sciences. University Rural Federal of Rio de Janeiro, RJ, 2008.

The discussion about poverty and social inequalities is significantly relevant in a country with extreme disparities as Brazil. For this reason, the purpose of this work is understand the perception that the agribusiness elite of Unaí (MG) has about the social inequality and poverty processes in the city. At the first moment, social and economic indicators are used to justify the option for the research in this environment. After that, some questions related with the subjects poverty and inequality will be deepened from a qualitative research with actors of the agrobusiness. Among the considerations that the work presents, it is observed first that the agribusiness elite in Unaí is aware about the impacts of the growth of the sector in the economic development of this city, but believes that social aspects possess secondary importance in the process. In second, part of the social problems in the city nowadays is related with structural transformations that occurred in the local agribusiness, being the State pointed as the major responsible to solve them. At the third moment, is noticed that the public politics: of social assistance as "Bolsa Família" and Agrarian Reform, are seeing as inefficient, but they play a role to mitigate the perverse effects of agricultural mechanization. Finally, it is observed that the agroindustrialization in Unaí is pointed as a future way to the economic development of the city and as a solution for the social problems.

Key words: Agribusiness, poverty and social inequality

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG: Associação Brasileira de Agribusiness
CAMPO: Companhia de Promoção Agrícola
CAPUL: Cooperativa Agropecuária de Unaí
COAGRIL: Cooperativa Agrícola de Unaí
COANOR: Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro
COOPADEF: Cooperativa Agrícola do Distrito Federal
CONSUEL: Cooperativa de Suinocultores de Encantado
FJP: Fundação João Pinheiro
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMA: Instituto Mineiro de Agropecuária
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
NBI: Necessidades Básicas Insatisfeitas
PME: Pesquisa Mensal de Emprego
PIB: Produto Interno Bruto
PNB: Produto Nacional Bruto
II PND: Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
PRODECER: Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PAM: Produção Agrícola Municipal
POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
UNIMONTES: Universidade Estadual de Montes Claros
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores de Renda, Micro Região de Unaí - 1991/2000	26
Tabela 2 – 10 Maiores Índices de Gini de Minas Gerais, 1991/2000	27
Tabela 3 - Participação dos Setores da Economia no PIB de Unaí (MG), 1999-2002.....	29
Tabela 4 - Índice Bem-Estar na região Noroeste de Minas Gerais, 1991/2000	30
Tabela 5- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Noroeste de Minas Gerais, 1991/2000	34
Tabela 6 - Porcentagem de Indigentes e Pobres na Região Noroeste de Minas Gerais, 1991/200	35
Tabela 7 - Relação de Entrevistados, Segundo Grupo de Pertencimento	42
Tabela 8 - Quantidade produzida e Área plantada de lavouras temporárias em Unaí (MG), 1990/2000/2006	53
Tabela 9 - Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuário por grupos de área na Região Noroeste de Minas e Município de Unaí, 1996.....	100
Tabela 10 - Projetos de Reforma Agrária Criados entre 1986-2006, Unaí (MG).	102

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1- Atividade Pecuarista em Unaí.....	23
Figura 2 - Renda per Capita <i>versus</i> Índice de Gini, 1991/2000	31
Gráfico 1- Temas Importantes para Elite do Agronegócio em Unaí.....	89
Gráfico 2- Responsáveis por mitigar a pobreza e a desigualdade social, segundo a elite do agronegócio em Unaí.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	19
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA	19
1.1 História e ocupação	20
1.2 Transformações nas Atividades Produtivas em Unaí.....	22
1.3 Indicadores Econômicos de Unaí.	26
1.4 Bem-Estar Social em Unaí	29
1.5 Questões Metodológicas.....	37
1.6 Seleção dos Entrevistados	40
CAPÍTULO II.....	44
ELITE, AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO DE UNAÍ.....	44
2.1 Por um conceito de Elite.....	45
2.2 Sobre o Surgimento do Agronegócio	47
2.3 Quem é a Elite do Agronegócio em Unaí ?.....	52
2.4 Agronegócio e Desenvolvimento Econômico de Unaí	57

CAPÍTULO III	61
POBREZA, DESIGUALDADE E A VISÃO DA ELITE DO AGRONEGÓCIO	61
3.1 Necessidades Básicas e Desigualdades Sociais.....	63
3.2 O Brasil e o Debate sobre pobreza e desigualdades sociais	65
3.3 Apontamentos sobre Desigualdades Sociais	68
3.4 Migração, emprego e legislação trabalhista	74
3.5 O que é mais importante, pobreza ou desigualdade social ?	77
CAPÍTULO IV	84
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÃO DA ELITE.....	84
4.1 Questões Sobre Desenvolvimento Econômico.....	85
4.2 Percepção da Elite	88
4.2.1 O que importa para a Elite.....	88
4.2.2 Lugar da Reforma Agrária.....	91
4.2.3 Mecanização Agrícola e suas conseqüências	95
4.3 Quem é responsável pela pobreza e a desigualdade social ?.....	104
4.4 Agroindustrialização e possibilidades futuras	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

A questão da desigualdade socioeconômica e da pobreza, historicamente, tem marcado a constituição da sociedade brasileira. Por séculos, formou-se no Brasil um abismo entre as camadas menos favorecidas e os estratos ricos da população. A herança histórica de injustiça social provocou nas últimas décadas um intenso debate na sociedade civil, no meio acadêmico e político, sobre os problemas ligados à desigualdade socioeconômica e a pobreza.

Vários indicadores confirmam a tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. O Brasil está exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (BARROS, HENRIQUES & MENDONÇA, 2000).

Há consenso de que a persistência da pobreza absoluta no Brasil está vinculada à desigualdade e na distribuição de rendimentos. Segundo Rocha (2005), os coeficientes de Gini¹ do Brasil são entre os mais elevados do mundo o que demonstra um alto grau de desigualdade entre pobres e não-pobres. Por isso, além do atendimento das necessidades vitais: sobrevivência física, alimentar e nutricional, as políticas públicas devem buscar a redução da desigualdade entre os indivíduos como objetivo social. Sob esse entendimento, Veiga (2002) destaca dois grandes desafios futuros para as novas agendas políticas do país: o combate à pobreza e a diminuição das desigualdades sociais. Em sua opinião não se deve

¹ Índice de desigualdade proposto por Corrado Gini, utilizado frequentemente para expressar desigualdade de renda. Seus valores são compreendidos entre (0) nenhuma desigualdade, em que todos ganhariam a mesma renda, e (1) desigualdade máxima, situação em que um só indivíduo ganharia toda renda e os demais não ganhariam nada.

esperar que o crescimento liquide a pobreza, é preciso atuação objetiva para virar o jogo e fazer com que a erradicação da pobreza ajude o crescimento econômico. Para o autor, o problema da desigualdade é muito mais difícil de solucionar do que a pobreza, porque as desigualdades sociais só diminuem aos poucos se submetidas a uma constante ofensiva social. Por este motivo, o crescimento econômico só pode ser um redutor de pobreza se seus frutos forem aproveitados corretamente.

Não é difícil justificar a razão de uma pesquisa relacionada à desigualdade social e pobreza em um país de extremas disparidades como o Brasil, mas por que desenvolver tais abordagens em espaços mais localizados, como o município de Unaí? A primeira razão se justifica na escolha de um município que a partir do final da década de 1970 passou consideráveis transformações econômicas e sociais com alteração das práticas de produção agrícola.

A segunda justificativa para a realização da pesquisa se fundamenta em uma motivação pessoal². Por algum tempo acreditei que minha ligação pessoal com a localidade de estudo seria um empecilho para concretização da pesquisa, mas, descobri que, ao contrário, tal proximidade trouxe a motivação necessária para levar em frente a pesquisa. A postura de investigação procurou abandonar a simples validação de fatos pré-concebidos para ceder lugar à construção de evidências empíricas.

Uma terceira razão que justifica a escolha de Unaí é baseada em inúmeras evidências que acumulei durante formação acadêmica. Durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), realizei um trabalho de iniciação

² Por ser natural de Unaí e ter morado grande parte da minha vida em um município vizinho, as questões socioeconômicas da região sempre foram bem presentes no meu cotidiano.

científica³ e uma posterior monografia que me fez deparar com várias questões sobre a realidade da Região Noroeste de Minas. Nessa região também há outros municípios que poderiam ser objeto deste trabalho, porém, nenhum deles agrega características tão peculiares quando se refere ao desenvolvimento da agricultura. Trata-se do município “pólo” da região, de maior expressão econômica, além de se tratar do maior PIB agrícola do Estado de Minas.

Como será explicitado no segundo capítulo, “agronegócio” é um termo que possui uma origem histórica delimitada e que recentemente tem sido utilizado no Brasil para se referir a um determinado grupo ligado ao setor agropecuário. Conforme apresenta Padilha Jr. (2008), todo o sistema do agronegócio compreende desde fornecedores de bens e serviços agrícolas, produtores rurais, processadores, transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e fluxo dos produtos agropecuários até o consumidor final. Completam o setor os agentes que participam do fluxo dos produtos, tais como o governo, as entidades comerciais, financeiras e prestação de serviços em geral. Portanto, se trata de um campo abrangente que abriga considerável número de atores e por este motivo, investigou-se no caso de Unaí somente parte deste grupo, ou seja, a pesquisa foi realizada em um conjunto de distintos atores do agronegócio, entre os inúmeros outros possíveis.

O debate sobre a distinção entre os homens está presente em todos os campos de atividades, de acordo com Pareto (1902) *apud* Bobbio (1986): os grupos sociais são compostos por vários níveis, que podem ser divididos em “superiores” e “inferiores”. Seria o grupo superior, aqueles denominados de “elite”, se diferenciado dos demais pela posse de riqueza e poder. No caso do grupo de entrevistados em Unaí, se trata de indivíduos dentro do

³ O projeto de iniciação científica intitulado de “Agronegócio e Desigualdade no Noroeste de Minas Gerais: o caso do município de Buritis”, sob a orientação do Dr. Rômulo Soares Barbosa, investigou questões sociais e econômicas no município de Buritis e sua relação com o crescimento do agronegócio no mesmo. A monografia que apresentei como requisito para conclusão do curso de Ciências Sociais na UNIMONTES teve com título “Nem Tudo que Reluz é Ouro: Agronegócio e o Desenvolvimento Socioeconômico de Buritis (MG)”.

espaço municipal e regional que estão localizados num estrato “superior”, por essa razão serão denominados daqui em diante de “elite do agronegócio”. Sendo assim, a pesquisa objetiva analisar a visão que a elite do agronegócio tem do processo de desenvolvimento econômico e suas percepções em relação à desigualdade social e pobreza no município. Neste estudo o termo elite está sendo utilizado para definir atores que detenham quantidade diferenciada de capital político e econômico e possuam ligação com alguma atividade do agronegócio em Unai.

A decisão de estudar a elite do agronegócio em Unai se fundamenta na capacidade desse segmento em influenciar os rumos do desenvolvimento político e econômico do município e da região. Reis e Cheibub (1995) argumentam que as elites têm poder tanto para conservar, quanto para subverter o *status quo*. Reis (2000) ressalta que o reconhecimento da importância das elites não significa negar a importância dos demais atores sociais. Pois, a atitude deste grupo é em grande parte, reativo a pressões oriundas de outros estratos sociais. Sendo assim, as maneiras como as elites reagem, suas ações e atitudes são aspectos importantes quando se quer entender a dinâmica das desigualdades sociais. À frente, no Capítulo 2 será aprofundado o debate sobre os conceitos de elite e agronegócio.

A partir das considerações apresentadas acima, pode-se dividir a dissertação em dois momentos. O primeiro é trabalhado no Capítulo 1, em que serão apresentadas informações econômicas e sociais sobre Unai. Os dados quantitativos apontam para um município com questões sociais e econômicas relevantes, subsídios que permitiam visualizar algo mais a ser pesquisado. Tais evidências motivaram a realização de uma pesquisa de campo sobre uma perspectiva que possibilitasse analisar de forma qualitativa as questões presentes nos dados socioeconômicos.

O segundo momento inicia com os trabalhos de campo em Unaí, cujo objetivo principal foi de entender a percepção que a elite do agronegócio em Unaí tem dos processos de desigualdade social e pobreza no município, ou seja, de verificar como é construída a visão desses atores sobre as causas e conseqüências destes dois fenômenos. Nesse sentido, a hipótese principal desta pesquisa foi de que os atores ligados ao agronegócio são cientes dos impactos do crescimento do agronegócio no desenvolvimento econômico do município, mas constroem percepções diferentes relacionadas às questões ligadas a pobreza e desigualdades sociais. Uma segunda hipótese, complementar à primeira aponta que os atores que são sensíveis ao efeito concentrador do crescimento do município acreditam que ocorre no mesmo o “efeito túnel” descrito por Hirschman (1975), ou seja, que é natural o efeito concentrador de renda no estágio inicial de desenvolvimento do município e a tolerância da população está ligada à possibilidade de que a mesma tem de participar dos benefícios futuros produzidos pelo agronegócio no município.

Portanto, os dois momentos do trabalho são apresentados em cinco capítulos e na conclusão, a saber:

O primeiro capítulo se propõe a apresentar indicadores econômicos e sociais sobre Unaí, são trabalhadas informações geográficas e históricas do município. Neste capítulo também são descritos todos os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa.

O segundo capítulo começa com a construção da definição teórica de elite, logo após se procura apresentar o que se entende por agronegócio. Após definir conceitualmente duas importantes categorias da dissertação, serão apresentadas as características da elite do agronegócio em Unaí. O capítulo se encerra com a percepção deste grupo sobre o papel do agronegócio no desenvolvimento de município.

O terceiro capítulo inicia com a apresentação conceitual do tema pobreza. Em seguida, aborda-se a discussão sobre a origem das desigualdades sociais e sua possibilidade de entendimento na literatura especializada. Na segunda parte do capítulo procura-se entender a percepção da elite do agronegócio em Unai em relação a algumas questões sociais e econômicas presentes no município. Neste sentido, o primeiro tema a ser tratado será a questão da migração de trabalhadores de outras regiões para a colheita do feijão. Em um segundo momento se discutirá a extinção de um número considerável de postos de trabalho devido à mecanização da colheita e posicionamentos relacionados ao debate sobre a legislação trabalhista rural. Encerra-se o capítulo com o posicionamento dos entrevistados em relação à pobreza e à desigualdade social.

O debate sobre desenvolvimento econômico aparecerá como primeiro tema a ser tratado no quarto capítulo. Discutiremos sobre a importância que os entrevistados conferem a alguns problemas do município, como Reforma Agrária e mecanização agrícola. A responsabilidade em lidar com os problemas da pobreza e desigualdade também serão abordadas. Por último, serão apresentados os posicionamentos dos entrevistados em relação às possibilidades futuras de Unai no que concerne ao desenvolvimento econômico, pobreza e desigualdade social.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA

Evidências sobre aspectos sociais e econômicos são sistematicamente construídos por instituições de pesquisa. Sua utilidade não se circunscreve exclusivamente ao agrupamento de informações para uma melhor intervenção, no caso do setor público, ou de produção de conhecimento para a academia. Dados históricos, econômicos e sociais são úteis para justificar escolhas e determinar caminhos adotados em nossa investigação. Na atual pesquisa, o conhecimento prévio de um cenário, histórico e socioeconômico possibilitou a construção de questões, objetivos e hipóteses que nortearam os trabalhos. Nesse sentido, destaca-se que há diversas razões que podem levar a optar-se pela escolha de uma determinada área de pesquisa, entre elas determinações históricas, geográficas econômicas e sociais. Por isso, neste capítulo serão apresentados aspectos históricos e geográficos para contextualizar o espaço da pesquisa, bem como informações econômicas e sociais que justificam a escolha do município aqui trabalhado.

Situado na região Noroeste de Minas Gerais, a 500 km da capital Belo Horizonte, e a pouco mais de 150 km da capital federal, Unaí⁴ possui uma área de 8438,4 km², sendo o segundo maior município em extensão territorial do Estado. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2007), é a principal cidade da região Noroeste de Minas Gerais e possui em 2007 uma população de 72.749 habitantes.

⁴ Ver mapa de localização do município no Anexo A.

Antes de apresentar indicadores socioeconômicos, é preciso contextualizar historicamente o município de Unaí, bem como apresentar a conjuntura que sucedeu às transformações das atividades agrícolas nos últimos anos.

1.1 História e ocupação

A formação histórica de Unaí encontra-se vinculada à ocupação do Centro-Oeste brasileiro, bem como o desenvolvimento de Paracatu, município mais antigo de toda a região. O território hoje ocupado por Paracatu foi identificado pelos portugueses nos primórdios da ocupação de sua colônia na América Portuguesa (UNAÍ, 2007).

A partir do século XVI, ocorreram as primeiras expedições à região, chefiadas por Domingos Luís Grou (1586-7), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596) e Domingos Fernandes (1599). No século seguinte, ocorreu a passagem das bandeiras de conquista e apresamento de indígenas por Nicolau Barreto (1602-4) e de Lourenço Castanho Taques, o Velho (1670), que atingiu terras do atual município de Unaí. Na pouca bibliografia⁵ sobre este município disponível para consulta, constatei a descrição sobre algumas famílias tidas como centrais no processo de ocupação da região. No século XIX, o então fazendeiro Domingos Pinto Brochado teria chegado a uma área então pertencente a Paracatu, aí se instalando com familiares e escravos. Outras famílias, como a de Rodrigues Barbosa e a de Clemente José Souto também se estabeleceram nas imediações, surgindo um povoado perto do Rio Preto denominado Capim Branco, que mais tarde daria origem à atual sede municipal de Unaí (SEBRAE, 1999).

⁵ Após consultar a biblioteca municipal e de outras duas faculdades do município, constatei que existem pouquíssimos trabalhos publicados sobre Unaí.

Em setembro de 1923, o distrito que até então se chamava Rio Preto, passou a se chamar Unaí. Ferreira (2007) destaca que através de um decreto de 31 de dezembro de 1943, do Governador Benedito Valadares Ribeiro, criou-se o município de Unaí, cujo território era composto pelos distritos: Fróis, Garapuava, antes pertencentes a Paracatu, Buritis e Serra Bonita, desmembrados de São Romão.

A agricultura possuía um papel muito importante na reprodução social dos primeiros colonizadores da região de Unaí. Parte da produção era destinada a subsistência do núcleo familiar e o excedente comercializado. Há dificuldades de datar com exatidão o início das práticas agrícolas na região. Sabe-se conforme afirma Prous (1992) *apud* Ribeiro (2002) que foram encontrados alguns sítios arqueológicos com indícios de cultivo de milho, amendoim e abóbora, sendo tais atividades datadas de 4 mil anos atrás. Aponta-se:

A agricultura veio complementar a dieta alimentar já desenvolvida, e não substituir o consumo de produtos da caça e da coleta, possivelmente preenchendo uma lacuna no abastecimento no período de transição entre a estação chuvosa e a seca, correspondente aos meses de março e abril. Seu aparecimento pode estar ligado tanto à domesticação de espécies nativas do Brasil, a exemplo do amendoim, como indicar a existência de formas de intercâmbio cultural entre populações do Cerrado e de outras partes da América do Sul, como sugere a presença do milho e da abóbora, provavelmente vindos do Peru (RIBEIRO, 2002, p. 253).

Após um longo período de sobrevivência através de atividades agrícolas, coleta de frutos do cerrado, caça de animais silvestres e pesca nos inúmeros rios da região, os habitantes do cerrado mineiro descobriram na pecuária uma importante atividade subsistência para a população local.

1.2 Transformações nas Atividades Produtivas em Unaí

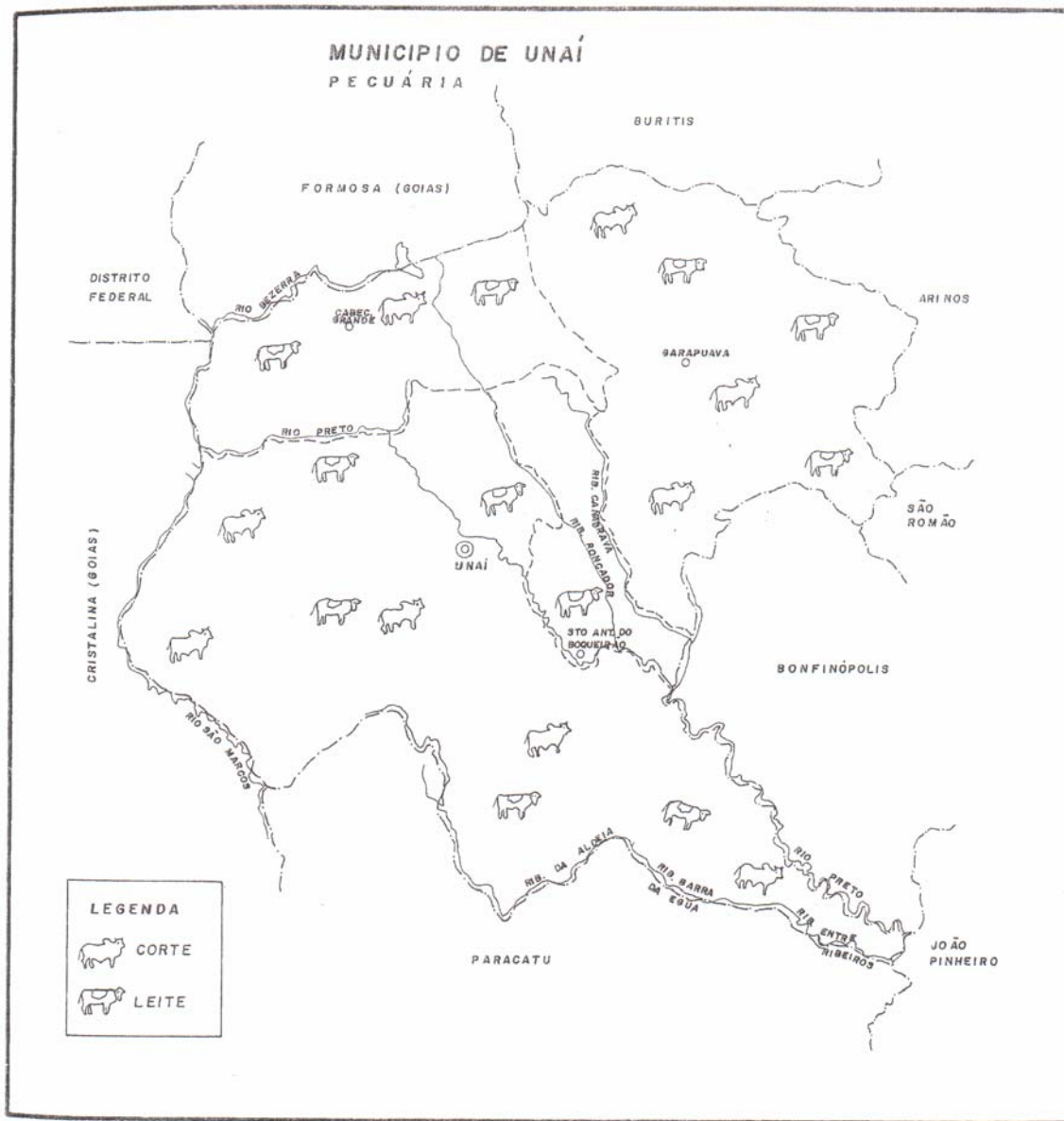
A atividade pecuarista na região onde se localiza o município de Unaí foi iniciada a partir de duas importantes “entradas”: através dos bandeirantes paulistas, e de rebanhos provenientes da região Nordeste, que subiam o Rio São Francisco até o interior de Minas Gerais. Segundo Ribeiro (2002), a criação de gado bovino foi a mais importante e duradoura atividade econômica do Cerrado a partir do século XVIII e sua expansão foi favorecida pela disponibilidade do mercado consumidor de carne e couro nos centros mineradores da região, contribuindo de forma decisiva para sua consolidação e permanência no período posterior.

Sua primeira vantagem é o fato de ser um produto que, com relativa facilidade, se autotransporta, ao contrário, por exemplo, das colheitas agrícolas e, mesmo, da criação de outros animais de menor porte. Por toda a região do Cerrado, a expansão da pecuária se deve à combinação de alguns fatores naturais que tornaram essa atividade possível, dentre os quais se destaca a presença de pastagens nativas, incluindo centenas de espécies de ervas, subarbustos, arbustos e árvores, cujas folhas, frutos e até o caule são consumidos pelo gado. Outro recurso diferencial favorável à criação de gado na região é a existência, em alguns pontos, de terrenos e fontes de água salobras, possibilitando aos pecuaristas evitar gastos com a compra de sal. (RIBEIRO, 2002, p. 258)

Historicamente, Unaí possui uma intensa atividade pecuarista, conforme Oliveira Melo (1988), a exploração pecuária no município tem menor importância do que a agricultura, apesar da expressiva quantidade de produtores que criam rebanho para “corte” e para “leite”. Através do mapa abaixo é possível visualizar a distribuição da pecuária em Unaí e na região Noroeste de Minas.

Figura 1- Atividade Pecuária em Unai.

V – PECUÁRIA



Fonte: Extraído de OLIVEIRA MELLO (1988: 55).

As práticas de produção agrícola e atividades pecuaristas durante muito tempo possibilitaram a subsistência das populações tradicionais que habitavam no cerrado mineiro. A região Noroeste de Minas permaneceu praticamente com as mesmas características sociais herdadas do Período Colonial até os anos 1950. Já no início do século XX, a região era vista

como possuidora de todas as características que definem uma área de fronteira agrícola: vazio demográfico, organização social e econômica “arcaica” em relação às regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais; além disso, era distante da capital do Estado e insignificante em termos de contribuição para o desenvolvimento econômico do país. Frente perfeita para a expansão da fronteira agrícola (OLIVEIRA MELLO, 1988).

Sessenta por cento da topografia municipal é plana e a predominância é de cerrado, até então considerado improdutivo. Ultimamente a fronteira agrícola tem tido acentuado avanço com exploração de carvão e posterior ocupação de arroz, soja e pastagens artificiais. (OLIVEIRA MELLO, 1988, p. 53).

Em meados do século passado, ocorreram grandes transformações na região Noroeste de Minas Gerais⁶: a construção da barragem de Três Marias em 1958, a implantação da BR-040 ligando a região ao Centro-Oeste do país e Belo Horizonte. A transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília⁷ provocou alterações significativas no cenário regional. A ação governamental se tornou a grande fomentadora da expansão da agricultura “moderna” na região Noroeste.

Algumas políticas foram criadas, como o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e estabeleciam a criação de diversos programas de desenvolvimento regional. Um dos principais foi o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que, de acordo com Marouelli (2003), procurou transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura empresarial, usando práticas agrícolas modernas e a integração com o mercado, através de assistência técnica, apoio financeiro e de infra-estrutura. A estratégia do Programa consistia na implantação dos pólos de desenvolvimento localizados de modo a promover a difusão da tecnologia agrícola para toda a

⁶ A região administrativa Noroeste de Minas Gerais conta atualmente com 19 municípios (IBGE, 2007).

⁷ Unai é o único município mineiro limítrofe do Distrito Federal.

extensão dos cerrados. Sua ação foi desenvolvida por meio da integração entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural orientado.

Segundo França (1984), o resultado do POLOCENTRO não foi muito significativo em termos de incremento da produção agrícola. Um dos principais motivos foi a grande dispersão dos investimentos que foram distribuídos em cerca de 202 (duzentos e dois) municípios nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A maior parte dos recursos foi destinada às linhas de créditos subsidiadas. O problema de eficiência do programa está intimamente relacionado à necessidade de recursos financeiros para continuar a intervenção nos cerrados. Deste modo, a dificuldade do governo brasileiro em investir no programa incentivou o estabelecimento de um acordo com o governo japonês para implantação em 1978 de um outro: PRODECER – Programa de Desenvolvimento do Cerrado, o programa de colonização dirigida foi implementado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO)⁸, responsável pela execução do acordo entre os dois países.

Atualmente Unai é um dos grandes pólos do agronegócio no país. O município possui um perfil tecnológico de produção agrícola comparável aos melhores do mundo, destacando-se principalmente na produção de grãos. A pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (2008) aponta o município como o maior produtor de feijão do Brasil e um dos dez maiores de sorgo e milho. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Unai (2007), o município possui o maior PIB agropecuário de Minas Gerais.

⁸ O programa foi financiado pelos Governos do Brasil, do Japão e bancos privados japoneses. A CAMPO é uma empresa de capital binacional, criada para este fim, com 51% das ações pertencentes ao lado brasileiro, representado pela BRASAGRO e 49% do lado japonês, representado pela JADECO. Em ambas as partes existe a participação governamental e privada. (MAROUELLI, 2003).

1.3 Indicadores Econômicos de Unaí.

A região Noroeste de Minas, onde se localiza o município de Unaí, foi alvo da ação direta dos programas governamentais como POLOCENTRO e PRODECER. Deve-se destacar que a infra-estrutura criada por estes atraiu investidores privados, multinacionais do setor de alimentos, assim como inúmeros produtores rurais.

Conforme a literatura apresentada anteriormente, as transformações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 desencadearam significativas mudanças econômicas e sociais no município de Unaí, um dos espaços de intervenção dos programas. Desta forma, para explorar estas questões serão apresentados a seguir indicadores econômicos referentes à renda e, posteriormente, indicadores sociais como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Bem-Estar Social – o que permitirá contextualizar estas transformações no município.

Tabela 1- Indicadores de Renda⁹, Micro Região de Unaí (MG) - 1991/2000

Município	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000
Arinos	R\$ 88,73	R\$ 122,71
Bonfinópolis de Minas	R\$ 132,72	R\$ 176,39
Buritis	R\$ 93,06	R\$ 239,11
Cabeceira Grande	R\$ 103,86	R\$ 173,97
Dom Bosco	R\$ 107,91	R\$ 162,07
Formoso	R\$ 100,61	R\$ 150,98
Natalândia	R\$ 112,91	R\$ 173,51
Unaí (MG)	R\$ 147,84	R\$ 343,52
Uruana de Minas	R\$ 76,48	R\$ 102,96

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

⁹ Os valores referentes à Renda per Capita estão expressos em médias mensais.

O Crescimento do PIB *per Capita* em Unaí foi expressivo entre os anos de 1991 e 2000. As elevadas taxas poderiam ser atribuídas a diversos fatores, tais como: a implantação de indústrias nos municípios, a incrementação do setor de serviços ou a um impulso de uma determinada atividade agropecuária. Mas, independente do setor responsável pelo crescimento Unaí, o que se pretende enfatizar primeiramente é o aspecto concentrador deste crescimento, ou seja, embora a Renda *per Capita* tenha se elevado entre 1991 e 2000. Nota-se, que a riqueza produzida foi mal distribuída, dado constado pelo Índice de Gini na TABELA 2 (abaixo).

Tabela 2 – 10 (dez) Maiores Índices de Gini de Minas Gerais, 1991/2000

Índice Gini, 1991		Índice Gini, 2000	
Município	Índice	Município	Índice
Manga	0,73	São Gotardo	0,73
Santa Maria do Suaçuí	0,71	Buritis	0,72
Recreio	0,71	Unaí	0,71
Joáíma	0,70	Formoso	0,71
Luz	0,69	Chapada Gaúcha	0,70
Crucilândia	0,69	Carmo do Rio Claro	0,70
Salto da Divisa	0,68	São João das Missões	0,69
Almenara	0,68	Rubelita	0,69
Itambacuri	0,67	Joáíma	0,69
Baependi	0,66	Arinos	0,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

BOXE 1

Índice de Gini foi construído para medir o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Já a Renda per Capita é a renda média dos indivíduos residentes em uma determinada localidade. A partir do Censo, soma-se toda tipo de renda obtida pelos moradores da localidade (salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros). O resultado é dividido pelo número de habitantes da localidade. (PNUD, 2005)

Unai apresenta-se como o terceiro município com maior desigualdade de renda em Minas Gerais no ano 2000. Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano, em 1991 o Índice Gini de Unai era de 0.59, valor que colocava o município como 76º (septuagésimo sexto) mais desigual de Minas Gerais. Deve-se destacar que os municípios de Buritis, Formoso e Arinos que estão entre os dez mais desiguais de Minas Gerais em 2000, também fazem parte da Micro-Região de Unai¹⁰. Ou seja, há indícios de que a alta concentração de renda no município estudado não se trata de um fenômeno pontual e isolado na região.

¹⁰ A Micro-região de Unai é composta por 9 (nove) municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unai e Uruana de Minas.

Tabela 3 - Participação dos Setores da Economia no PIB de Unaí (MG) 1999-2002

SETORES	1999	2000	2001	2002
Agropecuário	32,8%	36,1%	27,4%	36,0%
Industrial	19,0%	19,7%	22,3%	20,1%
Serviços	48,2%	44,3%	50,3%	43,8%
Total (R\$)	100%	100%	100%	100%

Fonte: Adaptada a partir de informações fornecidas pela Fundação João Pinheiro (FJP), 2006.

A TABELA 3 indica a importância do setor agropecuário para economia do município. O PIB agropecuário se manteve acima do PIB industrial e bem próximo do valor alcançado pelo PIB do setor de serviços. Porém, deve-se ponderar a dificuldade de fazer uma separação restrita dos setores da economia. O crescimento do setor agropecuário está ligado ao setor de serviços e vice-versa, bem como o setor industrial influencia e é influenciado pelos outros setores.

1.4 Bem-Estar Social em Unaí

Após apresentar o crescimento do PIB *per capita*, e seu grau de desigualdade expresso pelo Índice de Gini, agruparemos as duas informações em um só indicador: o “Índice de Bem-Estar”. O indicador criado pelo economista Amartya Sen verifica os efeitos da média da renda e da desigualdade em função do bem-estar social. O cálculo é feito multiplicando a renda média por um, menos o Índice de Gini. $[Renda * (1 - GINI)]$.

Como exemplo, tomemos o caso de Unaí, em que a renda *per capita* em 2000 foi de R\$ 343,52. Se a mesma tivesse sido perfeitamente distribuída, o Índice de Bem-Estar seria de 343,52. Como a distribuição foi desigual, o índice foi apenas 99,6. Neste sentido, a

desigualdade funciona como um redutor de bem estar em relação ao nível de renda média (NERI, 2006).

Tabela 4 - Índice Bem-Estar na região Noroeste de Minas Gerais, 1991/2000

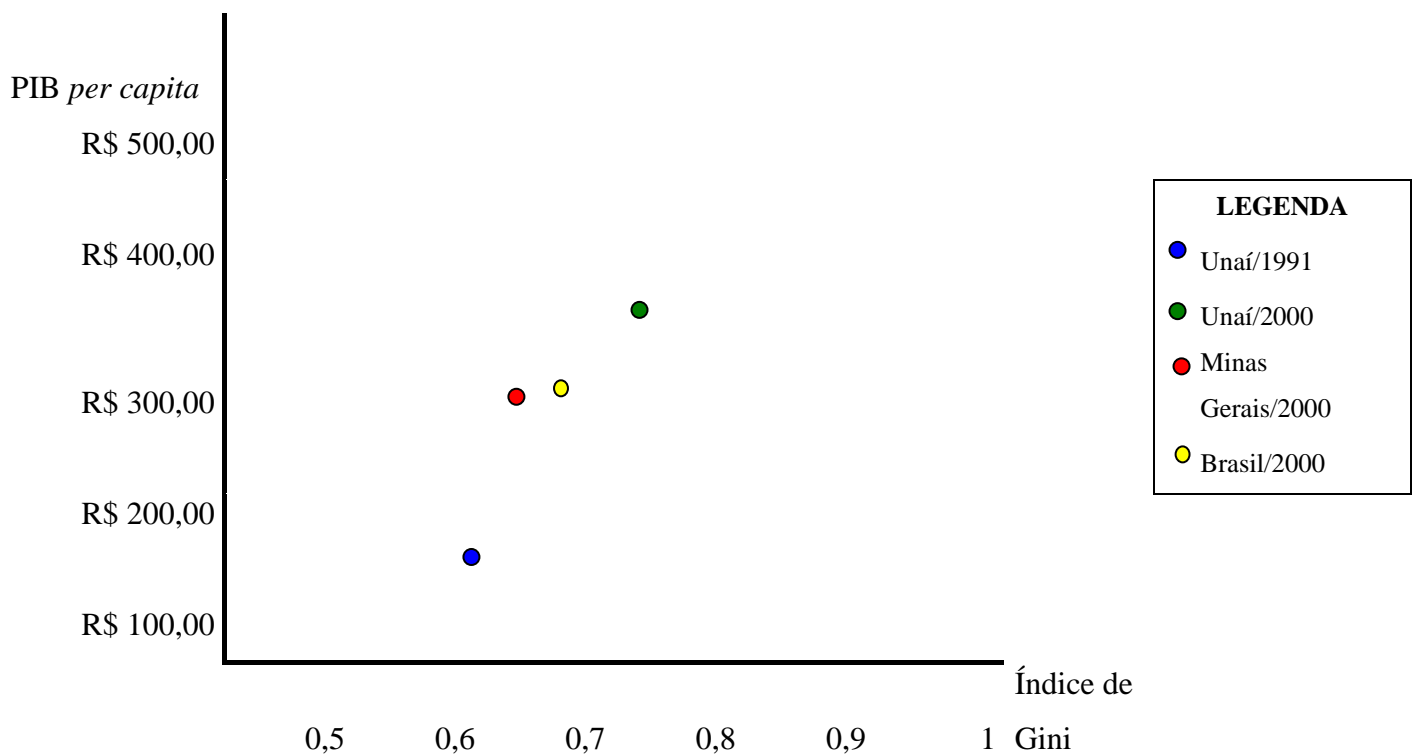
Município	Renda per Capita , 1991	Índice de Gini, 1991	Bem Estar,1991	Renda per Capita , 2000	Índice de Gini, 2000	Bem Estar, 2000
Arinos	R\$ 88,73	0,54	40,8	R\$ 122,71	0,69	38,0
Bonfinópolis de Minas	R\$ 132,72	0,58	55,7	R\$ 176,39	0,62	67,0
Buritís	R\$ 93,06	0,54	42,8	R\$ 239,11	0,72	67,0
Cabeceira Grande	R\$ 103,86	0,52	49,9	R\$ 173,97	0,59	71,3
Dom Bosco	R\$ 107,91	0,52	51,8	R\$ 162,07	0,61	63,2
Formoso	R\$ 100,61	0,56	44,3	R\$ 150,98	0,71	43,8
Natalândia	R\$ 112,91	0,50	56,5	R\$ 173,51	0,61	67,7
Unai	R\$ 147,84	0,59	60,6	R\$ 343,52	0,71	99,6
Uruana de Minas	R\$ 76,48	0,56	33,7	R\$ 102,96	0,6	41,2
Brasil	R\$ 230,30	0,63	84,3	R\$ 297,23	0,65	105,5
Minas Gerais	R\$ 193,57	0,61	74,7	R\$ 276,56	0,62	106,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

O que consta aqui é a necessidade de verificação de qual o grau explicativo da variável renda para o bem-estar social e para o próprio processo de desenvolvimento econômico; a renda é a variável mais importante para determinar o bem-estar social de uma determinada população? A variável renda *per capita* e o índice de Gini são capazes de dimensionar a heterogeneidade do processo de distribuição da renda entre a população?

Para problematizar as questões apresentadas, foi construído um plano cartesiano que sintetiza as informações contidas nas tabelas acima. A intenção da figura é proporcionar visualmente a relação entre crescimento da renda e sua desigualdade de distribuição.

Figura 2 - Renda per Capita versus Índice de Gini, 1991/2000.



Fonte: Figura adaptada pelo autor, a partir informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002.

O plano permite representar o município de Unaí em relação ao PIB e Índice de Gini nos anos de 1991 e 2000 e Minas Gerais e Brasil em 2000. Pode-se questionar se existe um ponto ideal de localização de determinado município ou se há uma situação perfeita na relação Crescimento X Desigualdade. Devido à impossibilidade de determinar um ponto “ótimo na escala do desenvolvimento”, procura-se aqui levantar algumas considerações sobre o posicionamento dos municípios e suas trajetórias.

Com relação ao eixo (Y) renda *per capita*, algumas considerações são importantes: Primeiro, a renda é uma medida muito utilizada para determinar o grau de desenvolvimento econômico. Segundo, em uma economia monetária, a variável renda é importante para definir

o bem-estar social. Terceiro, a variável renda *per capita* é produto de uma média e toda média permite encobrir extremos¹¹.

Deste modo, não é possível fazer uma relação direta entre crescimento econômico, através do PIB *per capita* e desenvolvimento. Amartya Sen (2000) destaca a importância da renda para o processo de desenvolvimento econômico, mas pondera que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão de liberdades.

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. (SEN, 2000, p. 17)

A partir da leitura de Sen (2000) pode-se dizer que não existe um ponto no eixo (Y) onde uma sociedade poderia alcançar um maior desenvolvimento. Por isso, deve-se considerar além do PIB, fatores que diminuem as privações de liberdade: tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática e negligência dos serviços públicos. Portanto, o “melhor” ponto da tabela pode variar de sociedade para sociedade. É preciso considerar um arranjo de situações particulares de cada localidade que concilie entre outras questões crescimento econômico e ampliação de liberdades.

A análise do eixo (X) também não permite falar em pontos “ótimos” de equidade, porém, é possível fazer inferências considerando a posição de um determinado município em relação a outro, ou seja, relativizar as várias iniquidades. O parâmetro que se busca aqui não é

¹¹ Segundo Jean-Louis Besson “O aprendiz de estatística compreende logo que a média não significa nada se não se conhece a dispersão dos casos individuais em torno da média: calcula-se então um indicador de dispersão estudando-se os desvios em relação à média, que é o desvio típico. Quanto maior ele for, maior a dispersão e menos a média tem sentido” (BESSON, 1995, p. 34).

uma sociedade utópica, de Índice de Gini zero (0), situação em que toda população possua a mesma renda ou o extremo da desigualdade, Índice de Gini (1), onde uma só pessoa concentre toda riqueza e os demais não possuem nada. Busca-se, comparativamente, representar que o município percorreu durante a década de 1990 uma trajetória de iniquidade muito mais intensa do que a desigualdade presente no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

Até o momento foram apresentados alguns aspectos da realidade no município de Unaí, a partir de variáveis estritamente econômicas. O próximo tópico abordará indicadores sociais; além da renda, indicadores de longevidade, educação, proporção de pobres e indigentes na população total e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município.

Após dimensionar variáveis ligadas ao crescimento econômico é importante agrupar indicadores que tenham a sensibilidade de evidenciar a situação social de Unaí, o primeiro indicador de bem-estar social que será utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen¹², o IDH foi pensado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita) (PNUD, 2006).

O valor do IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH igual ou maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (PNUD, 2006).

¹² "Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas."(SEN,1999).

Os dados da TABELA 5 apontam que entre 1991 e 2000 houve uma melhora no IDH de todos os municípios da micro região de Unaí. Porém, em 2000 este foi o único município que possuía um desenvolvimento humano considerado alto, ou seja, com IDH acima de 0,86.

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Noroeste de Minas Gerais, 1991/2000

Municípios	IDH-M, 1991	IDH-M, 2000	IDH-M Renda, 2000	IDH-M Longevidade, 2000	IDH-M Educação, 2000
Arinos	0,594	0,711	0,576	0,744	0,814
Bonfinópolis de Minas	0,663	0,754	0,636	0,787	0,838
Buritiz	0,624	0,733	0,687	0,723	0,789
Cabeceira Grande	0,641	0,73	0,634	0,771	0,785
Dom Bosco	0,647	0,75	0,622	0,797	0,832
Formoso	0,591	0,695	0,61	0,716	0,758
Natalândia	0,644	0,722	0,633	0,716	0,817
Unaí	0,681	0,812	0,748	0,829	0,86
Uruana de Minas	0,601	0,698	0,546	0,744	0,803
Brasil	0,696	0,766	0,723	0,727	0,849
Minas Gerais	0,697	0,773	0,711	0,759	0,85

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

Procura-se através da TABELA 6 apresentar a porcentagem de Indigentes e Pobres na Micro Região de Unaí, em Minas Gerais e no país. No Brasil, uma forma convencional de medir pobreza estabelece como pobres: indivíduos que tenham a renda per capita familiar abaixo de ½ salário e indigentes com renda até ¼ do salário. Tanto a linha de pobreza, quanto a de indigência são variáveis importantes para mensurar o bem estar social da população. Conforme dados da TABELA 6, a proporção de indigentes só aumentou em dois municípios

da micro região, em Unaí caiu pela metade. A porcentagem de pessoas pobres também diminuiu de 49,48% para menos de 30%.

Tabela 6- Porcentagem de Indigentes e Pobres na Região Noroeste de Minas Gerais, 1991/2000

Município	% de indigentes, 1991	% de indigentes, 2000	% de pobres, 1991	% de pobres, 2000
Arinos	37,06	41,86	69,69	65,35
Bonfinópolis de Minas	29,68	21,09	59,51	48,56
Buritís	35,01	23,69	67,13	45,71
Cabeceira Grande	28,08	19,09	60,86	44,83
Dom Bosco	25,81	22,12	55,52	49,85
Formoso	32,05	37,13	66,46	60,11
Natalândia	23,19	20,99	52,41	45,54
Unaí	21,9	10,54	49,48	29,13
Uruana de Minas	53,22	30,31	81,14	57,43
Brasil	20,24	16,32	40,08	32,75
Minas Gerais	19,72	12,57	43,27	29,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

BOXE 2

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (PNUD, 2005)..

A Intensidade da Indigência é istância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos indigentes (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75) do valor da linha de indigência, medida em percentual do valor dessa linha de indigência. O indicador aponta quanto falta para um indivíduo deixar de ser considerado indigente.

A intensidade da Pobreza é a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza (PNUD, 2005).

Os indicadores sociais¹³ e econômicos apresentados acima descrevem o perfil socioeconômico do município de Unai e o posiciona o município em relação a outros

¹³ Albert Hirschman (1996) faz uma interessante análise sobre a relação entre progresso econômico e social. Um dos exemplos utilizados pelo autor é o cenário do Brasil anos 80. No período, houve expressiva melhora em indicadores como expectativa de vida, mortalidade infantil, analfabetismo apesar de o país ter passado por um momento conturbado economicamente. Portanto, Hirschman procura fazer uma disjunção entre indicadores

municípios mineiros, a Minas Gerais e ao Brasil. No entanto, é preciso verificar como são construídas as noções de equidade, iniquidade e pobreza no município.

A contextualização realizada nos parágrafos anteriores sobre o espaço de realização da pesquisa abordou aspectos da formação histórica da região de interesse, além de uma abordagem sobre questões econômicas e sociais a partir da década de 1990. A utilização dos dados econômicos e sociais de Unaí não deve ser encarada como uma pretensão de confrontar dimensões objetivamente mensuráveis com a percepção dos indivíduos, a fim de falsear ou confirmar a opinião dos entrevistados. Cuidado semelhante foi tomado nos trabalhos desenvolvidos por Scalon (2004; 2007). Após apresentação do espaço da pesquisa, na próxima seção serão esboçados os procedimentos metodológicos adotados durante a realização do trabalho.

1.5 Questões Metodológicas

Para atingir os objetivos e verificar as hipóteses propostas, realizou-se uma revisão bibliográfica de trabalhos relacionados aos temas: elite, percepção social, desigualdade econômica e pobreza. Na base empírica optamos por realizar uma pesquisa qualitativa. Segundo O'Grady (2007) a pesquisa qualitativa geralmente não é direcionada para enumerar ou medir eventos, como é o caso do instrumental estatístico para análise dos dados. Seu foco de interesse é amplo e dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto do pesquisador com a situação objeto de estudo. Neste tipo de pesquisa, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da

sociais e econômicos, ou seja, podem ocorrer situações em que os indicadores econômicos como renda *per capita* não se elevem ou até diminuam e os indicadores sociais melhorem significativamente.

situação estudada, a partir daí levanta sua interpretação dos fenômenos estudados. De acordo com Goldenberg (2002) os métodos qualitativos costumam ser utilizados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa.

Para Martins (2004) a abordagem qualitativa privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Os resultados deste método são alcançados através um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades. Neste tipo de pesquisa a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

Na segunda etapa foram realizadas entrevistas em profundidade com alguns membros da elite do agronegócio de Unaí. Utilizou-se um roteiro semi-estruturado para aprofundar os temas previamente determinados. Através de um roteiro de questões¹⁴, foram abordados tópicos relacionados ao papel da agricultura no crescimento econômico do município, percepção dos entrevistados em relação a aspectos relacionados à pobreza e desigualdade social. O roteiro era composto basicamente de cinco tópicos.

Trajectoria dos entrevistados - neste tópico o objetivo é entender um pouco da trajetória dos atores entrevistados: sua origem, para aqueles que não nasceram no município, foi interrogado sobre as motivações que os levaram a mudar para Unaí.

Percepções sobre o desenvolvimento de Unaí - diferente do primeiro tópico, este direcionou as respostas dos entrevistados para um período temporal específico, ou seja, procurou-se entender a visão que os entrevistados possuíam do desenvolvimento de Unaí a partir da década de 90, além entender qual papel que o agronegócio possuía neste processo.

¹⁴ A professora Elisa Reis do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fez várias sugestões para o roteiro de questões.

Questões sociais - neste tópico procura-se captar de forma espontânea a percepção do entrevistado sobre os problemas sociais do município e dimensionar a importância conferida pelo entrevistado à pobreza e à desigualdade social. Nesta parte do roteiro foi entregue ao entrevistado uma lista com sete¹⁵ possíveis responsáveis em mitigar as desigualdades sociais e a pobreza no Brasil, para que os entrevistados classificassem os mais responsáveis e os menos responsáveis em lidar com problemas sociais.

Percepções sobre pobreza e desigualdade social – O roteiro também procurou entender, a partir da visão dos entrevistados, o que é mais problemático: pobreza ou desigualdade social; o que é preciso para alguém deixar de ser pobre: esforço individual ou ajuda externa. Procuramos saber se os entrevistados entendiam se o crescimento econômico de Unaí seria suficiente para acabar com a pobreza no município. Fornecemos uma segunda lista aos entrevistados, com vários¹⁶ temas para serem enumerados em ordem de importância.

Percepções sobre o Futuro - a última parte do roteiro foi dedicada às expectativas dos entrevistados em relação ao futuro, suas previsões quanto ao cenário econômico e social do município.

A construção do roteiro de questões serviu, portanto, para nortear os temas de interesse da pesquisa, sem, no entanto, impedir que os entrevistados apresentassem questões novas não incluídas previamente no roteiro. A partir desta abertura, surgiram novos temas, como: o papel das migrações de fazendeiros sulistas na abertura de novas áreas no município durante a década de 1980, a posterior atração de trabalhadores do Estado da Bahia e do Norte de Minas Gerais para o trabalho nas lavouras da região, a reestruturação produtiva provocada pela crescente inserção de tecnologia na agricultura. Outros temas que aparecem com

¹⁵ Os sete possíveis responsáveis eram: Governo, Deputado e Senadores, Empresários, Líderes Religiosos, Trabalhadores, Pessoas como o Sr (a), Produtores Rurais.

¹⁶ Os temas propostos foram: segurança, crescimento econômico, saúde, educação superior, políticas de bem-estar, meio-ambiente, reforma agrária.

freqüência nas entrevistas são: crescimento do número de assentamentos de reforma agrária e a necessidade de iniciar o processo de agroindustrialização do município para geração de novos postos de trabalho.

1.6 Seleção dos Entrevistados

Há dificuldades em delimitar certos grupos sociais, um destes é a “elite”. Por isso é necessário criar critérios para definir qual elite se deseja estudar. Pode ser uma elite nacional, regional ou local. Também é possível dividir os grupos em: elite política, cultural, econômica, sindical. Em nosso caso, optamos por estudar uma elite local, ou seja, especificamente no município de Unaí, que tenha alguma ligação com o setor do agronegócio. Ou seja, foram entrevistados atores que ocupam papel de destaque e distinção nas suas referidas áreas de atuação.

A seleção dos entrevistados foi definida, tendo em vista a representação de grupos do agronegócio unaiense. Por isso após uma primeira visita de campo realizada no início de julho de 2007, foi estabelecido como primeiro critério que os entrevistados seriam divididos em três grupos.

O primeiro grupo é formado por dirigentes das três maiores cooperativas¹⁷ agrícolas do município. A Cooperativa Agropecuária de Unaí (CAPUL), Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro (COANOR), Cooperativa Agrícola de Unaí (COAGRIL). As cooperativas de Unaí agrupam grande parte dos produtores rurais do município. No primeiro grupo os entrevistados foram definidos a partir da seleção dos ocupantes da presidência e da diretoria

¹⁷ A COGRIL pode ser dimensionada com a fala de uma dirigente da cooperativa: “*Hoje, nossa cooperativa tem 250 cooperados, plantamos em torno de 100 mil hectares.*”

administrativa, cargos mais importantes das três cooperativas e o do Condomínio Rural Rio Preto¹⁸.

O segundo grupo é composto por produtores rurais afiliados às cooperativas. Solicitamos às cooperativas que indicassem nomes de produtores com grande expressão produtiva e econômica para serem entrevistados. Outros critérios poderiam apresentar informações pouco confiáveis e imprecisas. Um exemplo seria a definição de elite conforme o tamanho da sua propriedade rural. A escolha não seria a melhor. Primeiro, por que não há disponibilidade de informações individuais sobre o tamanho das propriedades rurais. Segundo, a posse de grandes propriedades necessariamente não significa propriedade com grande expressão produtiva e econômica. Por este motivo, a partir das indicações, entrevistamos três produtores rurais que atuam em campos diferentes de produção.

O terceiro e último grupo é formado por representantes políticos locais. Foram selecionados entrevistados dentro de um grupo composto por: vereadores, prefeito municipal e funcionários de primeiro escalão do governo estadual que possuem alguma ligação com o agronegócio no município. Neste grupo, a liberdade de fazer escolhas foi limitada, já que o prefeito e apenas um vereador possuíam ligação direta com o agronegócio. O grupo é completado pelo coordenador regional do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

Como um segundo critério, estabelecemos que fossem entrevistadas pelo menos três pessoas de cada grupo para garantir uma boa representatividade de todos os grupos e dentro de cada grupo definíamos critérios para selecionar os entrevistados.

Houve um esforço de selecionar 12 (doze) entrevistados que ocupam papel de destaque dentro do cenário municipal. Mesmo com todo cuidado tomado para selecionar os

¹⁸ O Condomínio Rural Rio Preto é uma associação de produtores rurais que gerencia a contratação de mão-de-obra para as diversas lavouras da região. O condomínio foi constituído com objetivo de adequar as contratações sazonais no município conforme a legislação trabalhista.

atores estratégicos, sabe-se que há possibilidade de omissão de algum outro personagem, de importância tão grande ou maior do que os entrevistados, por isso se trata da pesquisa sobre “uma” elite do agronegócio em Unaí, entre as inúmeras outras combinações possíveis.

É importante destacar que vários entrevistados não pertencem somente a um determinado grupo. Em alguns casos o entrevistado pode ser produtor rural e ocupar um cargo na direção de uma cooperativa, desempenhar um mandato político e ao mesmo tempo ser produtor rural. Procurou-se também, com intuito de preservar a identidade dos entrevistados, não utilizar seus verdadeiros nomes. Foram criados nomes fictícios acompanhado da denominação do grupo, ou grupos de pertencimento dos entrevistados: *Dirigente de Cooperativa, Produtor Rural e Ator Político*. Para representar os entrevistados criamos o quadro abaixo com seus nomes fictícios e seus respectivos grupos de pertencimento.

Tabela 7 - Relação de Entrevistados, Segundo Grupo de Pertencimento.

Entrevistados	Grupos de Pertencimento		
	Produtor Rural	Dirigentes de Cooperativa	Ator Político
João	X		
José	X		
Gabriel	X		
Jeremias		X	
Mateus	X		X
Pedro	X	X	
Moisés	X	X	
Marcos	X	X	
Isaac			X
João Batista		X	X
Samuel	X	X	
Paulo	X	X	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

No total foram realizadas 12 (doze) entrevistas, dos dias 11 a 25 de julho de 2007. No dia 14 de agosto, também foi registrado o discurso de autoridades políticas e empresariais durante a cerimônia de abertura da Exposição Agropecuária de Unaí. Deve-se destacar que houve por parte dos entrevistados uma boa receptividade em participar da pesquisa. A maior dificuldade ocorreu no agendamento das entrevistas, ou seja, em conseguir horário disponível na agenda de alguns dos entrevistados. A boa receptividade da pesquisa pode, entre outros motivos, ser atribuída à vontade deste grupo em esclarecer suas concepções para uma comunidade acadêmica. Portanto, entende-se que a elite que possui um discurso construído e tem interesse em demarcar seus posicionamentos.

CAPÍTULO II

ELITE, AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO DE UNAÍ

Em recente pesquisa realizada por Rocha e Urani (2005), os autores trabalharam com a hipótese de que a elite brasileira desconhece a estrutura de distribuição de renda no Brasil e seu elevado grau de desigualdade. A não percepção deste cenário provoca algumas conseqüências: *“A partir do momento em que os brasileiros, mais pobres ou mais ricos, desconhecem o formato da distribuição de renda no país e, supostamente, o grau extremo de desigualdade existente e que se mantém, o consenso pela maior igualdade perde força”*. (ROCHA & URANI, 2005, p. 17).

Elisa Reis (2000) a partir de pesquisas¹⁹ sobre a percepção das “elites” brasileiras em relação à pobreza e desigualdade, reforça o argumento de Rocha e Urani (2005) ao ressaltar que: *“... nossas elites não incluem a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades entre os seus interesses de fato (...) o diagnóstico que fazem sobre falta de vontade política [do Estado] para resolver problemas sociais é bastante pertinente”*. (REIS, 2000, p. 149). Um dos resultados da pesquisa realizada pelo IUPERJ, aponta que a elite transfere para o Estado²⁰ a responsabilidade de combater a pobreza e redistribuir a renda.

¹⁹ Elisa Reis foi uma das coordenadoras da pesquisa. **“Elites Estratégicas, Cultura Política e Dilemas do Desenvolvimento”** desenvolvidas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), entre os anos de 1993-1994.

²⁰ Conforme Markiw (2005) a pobreza e desigualdade de distribuição de renda estão diretamente relacionados à capacidade do Estado de interferir nos resultados do “mercado”, a mão invisível do mercado age de maneira a alocar recursos de forma eficiente, o que não garante que tais recursos sejam alocados com justiça. Acredita-se, que os governos devem adotar políticas para distribuir a renda mais equitativamente. Contudo, quando o governo adota medidas para atingir maior igualdade de renda, distorce os incentivos, distorcer os comportamentos e torna a alocação de recursos menos eficiente.

A possibilidade de mudança do atual cenário de extrema desigualdade da sociedade brasileira para um cenário mais equitativo depende de respostas concretas da elite brasileira. Por este motivo é importante compreender os problemas referentes à pobreza e desigualdade a partir de grupos que tenham poder de veto sobre determinadas decisões na sociedade, ou seja, o grupo de pessoas que compõe a “elite” possui capacidade diferenciada de interferir na realidade econômica e social (GIGLIO, 2001).

2.1 Por um conceito de Elite

A palavra “elite” foi empregada na França do século XVII para designar produtos de qualidade excepcional, posteriormente foi utilizada para se referir aos grupos sociais superiores como militares de primeira ordem e a nobreza. Segundo Bottomore (1965) vários pensadores se depararam com o termo, entre eles Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923), que compreendiam as elites como grupos de pessoas que exercem diretamente o poder político, ou que influenciam no seu exercício. *“O termo ‘elite(s)’ é hoje em dia em geral aplicado, na verdade, referindo-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade”* (BOTTOMORE, 1965, p. 15).

Noberto Bobbio (1986) esclarece que a “teoria das elites” se baseia em pressupostos segundo os quais uma minoria é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele é privada. Seja ele um poder econômico, ideológico ou político.

Em todos os organismos políticos, um dos aspectos mais óbvios, conforme aponta Grynszpan (1996) é a distinção de duas classes de pessoas, uma primeira dirigida e a segunda dirigente, sendo que a primeira é mais numerosa do que a segunda. A estrutura organizacional

mais coesa distingui a minoria da maioria. Além disso, a elite também se destacava por possuir algum atributo especial, como riqueza e saber, qualidades altamente valorizadas em termos sociais. Conforme Saes (1994), a “Teoria das Elites” define como fenômeno universal a dominação da maioria social pela minoria social, ou seja, em todas as sociedades humanas, o controle do processo de tomada das decisões políticas mais importantes são realizadas por um pequeno grupo. Além das posições apresentadas há um considerável número de produções teóricas sobre o tema elite, no entanto, de acordo com Ferreira (2001) todas as reflexões convergem para duas características típicas: a seletividade e o caráter fechado. Neste sentido, a auto-reprodução social é uma característica central de uma da elite, grupo que possui todo um conjunto de mecanismos para a exclusão dos escaladores sociais que desejam fazer parte deste pequeno grupo. Ao contrário das massas, que na opinião de Michels (1968) apud Ferreira (2001) seriam mais permeáveis, principalmente por serem compostas por um número maior de pessoas que os grupos dominantes, o que conseqüentemente pode acarretar uma menor capacidade de organização.

Mas, porque estudar uma elite? A pesquisa parte do princípio que para entender processos políticos e econômicos devem-se focalizar grupos estratégicos que detém grande quantidade de capital²¹. Como a análise será realizada em uma localidade específica, interessa-nos definir a elite “local” de Unai, através de estudos com indivíduos pertencentes ao setor denominado agronegócio, e que de alguma forma exercem poder no município de

²¹ A definição de capital neste trabalho está baseada na proposta de Bourdier (1998) conceito que leva em consideração não só a posse do capital econômico, mas a toda extensão da rede de relações que o indivíduo possui, ou seja, o volume de seu capital social. “*O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis*” (Bourdieu, 1998, p. 67).

Unai. Assim como Barnabé (1999), entendemos que elite política não é apenas a soma de prefeito e vereadores de um município, mas um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que influenciam de forma direta ou indireta o exercício do poder. Portanto, as entrevistas em Unai foram realizadas com personagens que dentro do espaço do município detém poder político e econômico.

O recorte do grupo foi definido a partir do campo de atuação dos mesmos, ou seja, o espaço de pertencimento comum denominado de agronegócio. Na próxima seção, procura-se construir uma definição sobre este conceito, que seja uma referência para entendimento do objeto da pesquisa.

2.2 Sobre o Surgimento do Agronegócio

O debate em torno da definição do conceito de agronegócio intensificou-se nos últimos anos, entretanto, não existe consenso na literatura sobre seu significado. Sabe-se que o termo possui inúmeras definições sujeitas a diversas controvérsias. Por isso, o maior desafio é fundamentá-lo, sem, porém esgotar o debate sobre o assunto.

O conceito de agronegócio empregado pela comunidade acadêmica, meios de comunicação, entidades governamentais e por outros inúmeros setores sociais, têm sua gênese do termo *agribusiness*. Sua utilização teve origem nos estudos de enfoques sistêmicos de produção de alimentos. Segundo Castro & Gutman (2001) entre primeiras publicações que adotam enfoques sistêmicos sobre a produção de alimentos, destacam-se os elaborados pela “Escola de Harvard”, cujos trabalhos iniciais foram desenvolvidos por John H. Davis e Ray A. Goldberg em 1957, já a denominada “Escola de Economia Industrial Francesa” no início dos anos 60 produziu inúmeros trabalhos que enfocavam a economia contratual e

modernização do complexo agro-alimentar, a partir das entradas e saídas da contabilidade nacional.

Mientras que la primera escuela fue la introductora del concepto de Agribusiness, resaltando las secuencias de valor agregado entre los distintos eslabones de las cadenas productoras, la segunda aportó a la modelización del complejo agro alimentario a partir de los cuadros de entrada (insumo) y salida (producto) de la contabilidad nacional. (CASTRO & GUTMAN, 2001, p. 09)

Pode-se dizer, portanto, que Agribusiness é um neologismo criado por Davis e Goldeberg (1957) que incorpora todas as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, do armazenamento, do processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Conforme a ABAG (1993) o conceito engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e fluxo dos produtos de origem agrícola até o consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.

De acordo com Delgado (2005) o termo no Brasil foi apontado como uma associação entre o grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, associação que realiza a estratégia econômica do capital financeiro que busca o lucro e renda da terra, patrocinado por políticas estatais, uma “remontagem” da antiga estrutura de produção agrícola construída na década 1960. Segundo Moreira (2000) no período posterior às duas Grandes Guerras Mundiais, um considerável número de agricultores aderiram aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde²², impulsionados principalmente por subsídios de créditos agrícolas do

²² A Revolução, sinteticamente, pode ser definida como um “... pacote tecnológico de origem norte-americana aplicado em vários países do mundo no pós-guerra - pacote que combinava elementos mecânicos, químicos e sementes melhoradas, juntamente com uma larga e intensiva rede de serviços técnicos...” (MÜLLER, 1988, p. 182).

Estado. Estimulou-se assim a grande produção agrícola nas esferas agroindustriais: empresas de maquinários, de insumos industriais para uso agrícola, tratores, herbicidas e fertilizantes químicos.

A industrialização da agricultura designa a incorporação das atividades agrárias ao modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária. Ela é o resultado do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos. A industrialização da agricultura designa a integração dessa com os setores industriais e comerciais que operam com os produtos agrícolas, como agroindústria e supermercados, e cujas exigências técnicas e econômicas participam a regulação das atividades agrárias (MÜLLER, 1998: 176).

A solução modernizante do agronegócio tem similaridades com a modernização conservadora dos anos 70. Mas, para entender este novo fenômeno é preciso ultrapassar a noções que procuram captar a cadeia de relações interindustriais utilizando a mensuração da produção primária, acrescida das relações técnicas agricultura-indústria, à jusante e a montante, por que nesta definição de agronegócio se encontra ausente a renda fundiária e as relações fundiárias que permitem sua captura nos períodos de elevação do preço da terra (DELGADO, 2005).

A partir do início da década de 1990, segundo Ramos (2007) abandonou-se a análise tradicional do setor agropecuário, fundamentada na constituição dos complexos agroindustriais²³. Surgem no período novas denominações, que possuíam diferentes arcabouços teóricos e analíticos. *“Entre tais denominações, podem-se citar: ‘sistema agroalimentar’, ‘sistema agroindustrial’, ‘rede’, ‘cadeia’ ou mesmo a palavra francesa ‘filière’. Contudo, fundamentalmente na imprensa e nos meios empresariais e político tem*

²³ Sobre o debate relacionado ao conceito de complexos agroindustriais, ver: Alberto Passos Guimarães (1982); Geraldo Muller (1989); Tamás Szmrecsányi (1977) e Kageyama (1990).

predominado o uso da expressão 'agronegócio'...” (RAMOS, 2007:42). A popularização do conceito de agronegócio foi resultado principalmente da atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) entidade criada em 1993 com o propósito de difundir e, principalmente, influenciar várias instituições de governo na concepção e implementação de políticas públicas relacionadas aos diversos agronegócios. Para Ramos (2007) também há um esforço por parte desta entidade na aferição da importância do *agribusiness* no PIB brasileiro, além da promoção de campanhas para defender a diminuição do chamado “Custo Brasil” (sistema de transporte, sistema tributário entre outros) e a crítica ao protecionismo dos países ricos aos seus produtores rurais. Todos estes pontos destacados por Ramos (2007) fazem parte de uma estratégia de posicionamento político, na defesa de interesses econômicos que esta organização do agronegócio defende.

A ABAG (1993, p.61) enquadra as instituições e organizações do agribusiness em três categorias.

- Na primeira, estão as operacionais, tais como os produtores, processadores, distribuidores que manipulam e impulsionam o produto fisicamente através do sistema.
- Na segunda, figuram as que geram e transmitem energia no estágio inicial do sistema. Aqui aparecem as empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, os agentes financeiros, os centros de pesquisa e experimentação, entidades de fomento e assistência técnica e outras.
- Por último, situam-se os mecanismos coordenadores, com governo, contratos comerciais, mercados futuros, sindicatos, associações e outros que regulamentam a interação e a integração dos diferentes segmentos do sistema.

Segundo Magalhães (2001) o conceito de agronegócio (agribusiness) adquiriu inúmeras formulações a partir da primeira contribuição de Davis e Goldeberg (1957). As diferentes formulações partem de uma base comum: a maior intensidade das relações intersetoriais que determinados setores econômicos apresentam com a agropecuária. Trata-se de identificar aqueles setores a montante e a jusante que mantêm relações intersetoriais, vínculos técnicos significativos com as atividades agropecuárias do ponto de vista de sua acumulação de capital, investimento e progresso tecnológico.

... o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final. (GASQUES, 2004, p.08).

A apresentação de algumas definições sobre o termo agronegócio, permite delimitar quais os limites de utilização do termo na pesquisa. No caso de Unai, os atores que estão entre o grupo de entrevistados: produtores rurais, cooperativas agrícolas, e setor público se encontram no complexo do agronegócio. Portanto, para os propósitos da pesquisa as definições de agronegócio apresentadas anteriormente são suficientes para caracterizar os atores entrevistados.

2.3 Quem é a Elite do Agronegócio em Unaí ?

Em pouco mais de seis décadas de emancipação, Unaí se tornou um município de expressão econômica regional principalmente a partir do final dos anos 1970 com o advento dos grandes projetos governamentais de ocupação e produção agropecuária em áreas de cerrado. A construção de Brasília e toda infra-estrutura realizada para interligar a nova Capital Federal ao restante do país, possibilitaram o desenvolvimento econômico do único município mineiro que faz divisa com Brasília.

De acordo com Xavier (2003) Unaí possui duas distintas áreas no que diz respeito à produção agropecuária, as terras de chapada e de vão. O que caracteriza as primeiras é o relevo plano (planalto de São Francisco). Este espaço é utilizado desde da década de 1970 principalmente para o plantio de milho, soja e feijão. A fertilidade destas terras é bem menor do que as do vão (depressão sanfranciscana), tais características do solo exigem consideráveis investimentos, adubação e correção de solo. Já as terras situadas nas regiões de “vão”, são de mais elevada produtividade e não precisam de grandes investimentos na sua preparação. Nesta parte mais baixa do município, dedica-se principalmente a pecuária de produção leiteira e culturas de subsistência. Em geral predomina neste espaço propriedades de pequeno e médio porte. Abaixo encontra-se uma tabela com os principais produtos produzidos no município.

Tabela 8 - Quantidade produzida e Área plantada de lavouras temporárias em Unai (MG), 1990/2000/2006.

Lavoura temporária	Variável X Ano					
	Quantidade produzida (Tonelada)			Área plantada (Hectare)		
	1990	2000	2006	1990	2000	2006
Algodão herbáceo (em caroço)	-	15.057	17.062	-	4.563	4.550
Alho	10	-	180	2	-	20
Arroz (em casca)	3.880	1.800	1.142	8.600	900	1.330
Batata - inglesa	1.050	-	-	42	-	-
Cana-de-açúcar	108.000	2.000	6.000	2.800	50	120
Cebola	-	4.950	2.400	-	165	30
Feijão (em grão)	11.076	75.500	75.900	11.000	33.500	40.000
Mandioca	16.867	12.000	3.000	1.130	600	250
Melão	-	-	-	-	-	-
Milho (em grão)	20.520	184.200	163.200	20.000	35.000	34.000
Soja (em grão)	31.676	90.000	209.160	35.000	36.000	83.000
Sorgo granífero (em grão)	-	6.000	33.600	-	3.000	12.000
Tomate	47.277	-	-	1.023	-	-
Total	-	-	-	79.597	116.778	178.800

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008.

Nota-se na TABELA 8 que a produção municipal em lavouras temporárias se concentra em 4 principais produtos: feijão, milho, soja e sorgo, totalizando mais de 94% da área plantada. Em contrapartida produtos ligados a subsistência e que geralmente tem origem em pequenas unidades produtivas, vem perdendo espaço. É o caso das plantações de mandioca. Conforme os dados do IBGE, em 1990 1,42% das terras do município eram destinados á está cultura, a porcentagem diminui para 0,51 em 2000 e 0,14 em 2006, ou seja, em duas décadas e meia a área plantada se reduziu a 1 décimo do que era em 1990. A

TABELA 8 apresenta fortes indícios do perfil de agricultura que está se consolidando em Unai.

Em algumas das entrevistas realizadas também se observou a caracterização da agricultura implementada nos últimos anos.

Em meados de 1980 existia um projeto do governo Federal chamando POLOCENTRO, que incentivou esse pessoal a vir, eles de posse destes créditos abriram as propriedades e passaram a fazer agricultura de sequeiro inicialmente e posteriormente com irrigação. Primeiro plantou-se soja, depois milho, algodão e café e trigo mais recentemente. (Samuel, Dirigente de Cooperativa).

Tudo isso que eu estou produzindo com tecnologia, qualidade e eficiência ao sair da porteira da fazenda pra fora esse produtos geram uma série de negociações e vem enriquecer muitas pessoas. (José, Produtor Rural).

Na fala do dirigente de cooperativa Samuel, é destacada a valorização das transformações na agricultura que começaram na década de 1980 através dos incentivos do POLOCENTRO. Tais mudanças na visão do dirigente permitiram a inserção de culturas com métodos de irrigação artificial. Pode-se se dizer, portanto, que o plantio de novos produtos está intimamente relacionado à utilização de novas tecnologias. Essa mudança é a apontada pelo produtor rural José como uma forma de produzir com qualidade e eficiência. E destacado também que a agricultura do município desencadeia benefícios para outros setores muito além da fazenda.

Mas quem é essa elite? Um primeiro fator que pode ser abordado é a origem dos entrevistados. Entre os 12 respondentes, somente um nasceu em Unaí, todos os demais vieram de outros municípios. A metade dos entrevistados nasceu no Paraná ou no Rio Grande do Sul. Praticamente todos que chegaram a Unaí responderam em suas entrevistas, que foram motivados por inúmeros incentivos governamentais para produzir nos cerrados. O projeto de ocupação e produção nos cerrados inclui uma atração e fixação de produtores na região que implementasse uma agricultura, baseada na produção de determinadas culturas em grandes propriedades, como: soja, milho, feijão e sorgo; e uso de tecnologia de produção e de insumos e defensivos agrícolas modernos.

Projetos como o POLOCENTRO, PRODECER e COOPADEF trouxeram para Unaí produtores de vários Estados do Brasil, principalmente oriundos da região Sul. As justificativas para a atração de um grande número de agricultores sulistas são as mais diversas. Muitos vieram por que possuíam uma experiência com a produção das novas culturas e na utilização do pacote tecnológico adotado nos projetos governamentais

Nós viemos pra cá participar deste projeto. Foi um projeto que a Secretaria de agricultura do Distrito Federal foi buscar produtores rurais que tivessem um conhecimento maior na atividade agrícola, para vir para cá. Foi buscar gente no Rio Grande do Sul, também no Paraná. Neste momento podemos considerar que foi o marco inicial do desenvolvimento da agricultura nesta região do Distrito Federal e entorno. Praticamente a gente considera que por volta de 1977 e 1978 que realmente tudo começou. O projeto do Distrito Federal de assentamento dirigido, é uma Reforma Agrária que foi bem sucedida, por que havia inclusive um financiamento e o governo buscou pessoas que tivessem características para o desenvolvimento da

atividade, pessoas que conhecessem a tecnologia desta nova agricultura (João Batista, Ator Político e Dirigente de Cooperativa)

O maior volume dos produtores que estão fazendo agricultura na área de chapada, de altitude de mil metros, que era área do cerrado migrou do Sul do Brasil . Eu cheguei do Rio Grande do Sul em 1982 para chapada. Por que chapada ? Por que no final da década de 1970 e início da década de 1980, as terras do cerrado eram desvalorizadas. Produtores, descendentes de produtores no Sul do Brasil estão migrando em busca de novas áreas, eles já eram pequenos produtores lá no Sul, as pequenas propriedades eram vendidas para comprar áreas no planalto central, terras que tinham valores baixos. Em meados de 1980 existia um projeto do governo Federal chamando POLOCENTRO, que incentivou esse pessoal a vir, eles de posse destes créditos abriram as propriedades e passaram a fazer agricultura de sequeiro inicialmente e posteriormente com irrigação (Samuel, Dirigente de Cooperativa)

O PRODECER foi o programa para o desenvolvimento dos cerrados, criado principalmente para abrir frentes de desenvolvimento. Reunia-se um grupo de colonos através de pesquisa e entrevistas e cadastro foi selecionado pessoas qualificadas pra criar esses pólos de desenvolvimento. Estes pólos foram criados para o Cerrado decolar como uma área tecnificada e de produção de grãos em larga escala. (Isaac, Produtor Rural e Dirigente de Cooperativa)

Outra justificativa para seleção dos agricultores sulistas para os projetos de desenvolvimento agrícola no cerrado está relacionada ao fato dos novos moradores já terem um contato com as organizações cooperativistas na região de origem. Santos e Vasconcelos (2003) em estudo sobre o PRODECER em Irai de Minas, destacam que a empresa CAMPO

convidou colonos da Cooperativa de Suinocultores de Encantado (CONSUEL) da cidade de Encantado (RS) para trabalhar na abertura da fronteira agrícola do cerrado mineiro, por entender que estes agricultores já possuíam experiência em uma cooperativa bem sucedida.

No caso de Irai de Minas, Santos e Vasconcelos (2003) apontam que a exclusão dos agricultores mineiros do projeto se deu mais pelo desinteresse dos mesmos. Muitos agricultores da região não estavam convencidos da viabilidade do novo projeto. Eles se lembravam das experiências negativas que seus conterrâneos tiveram em um passado próximo, quando se aventuraram em formar lavouras no Cerrado. Ou seja, a falta de agricultores locais dispostos a entrar no projeto, incentivou a vinda de agricultores sulistas, que organizados em uma cooperativa e apoiados por uma estrutura funcional para a produção agrícola, conseguiram conduzir o projeto, provocando profundas mudanças no sistema de produção da região. Portanto, como destacado no capítulo anterior a chegada dos agricultores sulistas em Unaí foi motivada por fatores de atração como: grande disponibilidade de terras a baixo preço e investimentos governamentais em infra-estrutura, créditos e assistência técnica, tudo isso marca o início de uma nova fase da agricultura no Cerrado Mineiro.

2.4 Agronegócio e Desenvolvimento Econômico de Unaí .

Unaí poderia ter uma trajetória de desenvolvimento econômico que inclui a participação de vários setores como: indústria, comércio, e agricultura, porém tudo que se observa na pesquisa bibliográfica e nas entrevistas é a exaltação da agricultura, como grande impulsionador do desenvolvimento do município nas últimas décadas. Tais posicionamentos são verificados nas falas abaixo.

Mudei para Brasília em 1979, (...) onde nós podemos considerar que foi o marco inicial do desenvolvimento da agricultura nesta região do Distrito Federal e entorno, desenvolveu parte de Goiás, parte de Minas Gerais e até a Bahia. Praticamente a gente considera que por volta de 1977 e 1978 que realmente tudo começou. (João Batista, Dirigente de Cooperativa).

Eu trabalhava em um cartório então eu presenciei o desenvolvimento de Unaí de perto. Quando eu cheguei aqui só tinha agricultura de “vão²⁴”. Lá pros anos de 1976, 1977 começou a ter a influência da agricultura de cerrado. Foi o impulso para Unaí, com o aproveitamento do cerrado com uma agricultura de alta escala, empresarial. (Moisés, Diretor de Cooperativa e Produtor Rural).

Foi, portanto, no final do período desenvolvimentista do governo militar que efetivamente se ocupou o “vazio” demográfico e econômico do cerrado unaiense, os solos “estéreis” não seriam mais um empecilho para a expansão da agricultura, devido aos consideráveis investimentos realizados em pesquisa e financiamento da produção agrícola. Desta forma, a abertura da nova fronteira agrícola possibilitou uma radical mudança na estrutura econômica e produtiva local.

O desenvolvimento da região é proporcional ao desenvolvimento da agricultura. Só aconteceu o desenvolvimento em Unaí e cidades vizinhas em função desta agricultura de cerrado. A agricultura de cerrado é uma agricultura que gasta-se muito, é o oposto do extrativismo. Por que ? O cerrado é um solo extremamente pobre, então você tem que utilizar tecnologia de corretivos que a EMBRAPA desenvolveu pra produzir alguma coisa. Então, os investimentos na

²⁴ O próprio entrevistado classifica a agricultura de vão como: “aquela agricultura antiga, conservadora de arado de boi e enxada.” (Moisés, Diretor de Cooperativa e Produtor Rural).

agricultura de cerrado impulsionaram o comércio, uma série de prestadores de serviços, os próprios bancos desenvolveram-se. Neste período de 25 anos os produtores ganharam dinheiro e investiram muito na região. (Samuel, Dirigente de Cooperativa e Produtor Rural)

Não tenha dúvida, Unaí até 1985 não se produzia grãos, com esse programa (PRODECER) a tecnologia empregada, o auxílio da EMBRAPA possibilitou o avanço em várias pesquisas agrícolas. Eu que estou aqui há vinte anos, cheguei no início do PRODECER, tenho condições de avaliar o quanto desenvolveu a região a partir deste momento. O que faltou foram recursos federais em estradas e energia. Pra você vê que é somente agora que está chegando energia no Noroeste de Minas, sendo que isso havia sido acordado lá no início do PRODECER, os investidores do programa fariam a maior parte dos investimentos e o governo faria a parte de infra-estrutura: principalmente estradas e energia. Mesmo sem o governo fazer a parte dele, a região se destacou na produção de grãos e leite.” (Paulo, Dirigente de Cooperativa e Produtor Rural)

Merece destaque a menção de que a nova fonte de riqueza do cerrado trouxe riquezas para o município, não só para aqueles que investiram diretamente nas lavouras, mas também se expande para uma cadeia de atores envolvidos com o setor.

A exposição agropecuária de Unaí realmente está voltada para o agronegócio. Eu digo com propriedade e conhecimento que a grande força do Noroeste Mineiro é o agronegócio. Quando o agronegócio vai bem as nossas cidades vão bem. Quando ele vai mal sem dúvida nenhuma que nossas cidades vão mal... (Deputado Federal, Cerimônia de Abertura da Exposição Agropecuária de Unaí).

Há de comum em todas as falas, a defesa do agronegócio como demarcador de um marco histórico no município. Em se tratando de uma elite do agronegócio, era de se esperar o destaque dado ao marco de uma transição entre a antiga agricultura de “vão”, praticada com “arado de boi e da enxada” para uma agricultura de cerrado, de maquinários corretivos e defensivos agrícolas. A lembrança da agricultura que fora realizada no passado, é utilizada como parâmetro para dimensionar o tamanho das transformações ocorridas com a inserção dos novos produtos e técnicas. Tal posição denota em vários momentos construção de uma tipologia entre os dois tipos de agricultura, ou seja, antiga tradicional e “atrasada”, das práticas agrícolas “modernas” e eficientes que predominam atualmente. Há que se ponderar que a eficiência da agricultura implantada em Unaí a partir do final da década de 1970, deve-se em grande medida aos maciços investimentos governamentais e atração de capital internacional para região. Portanto, a eficiência da nova agricultura esteve apoiada fundamentalmente em um considerável auxílio externo ao setor.

CAPÍTULO III

POBREZA, DESIGUALDADE E A VISÃO DA ELITE DO AGRONEGÓCIO

É difícil separar o debate sobre pobreza das questões vinculadas a desigualdade social, mas para um melhor esclarecimento conceitual, serão apresentados inicialmente alguns aspectos sobre o conceito, para num segundo momento apresentar considerações sobre as desigualdades sociais. A pobreza vista sobre aspectos econômicos não está relativamente ligada à desigualdade social. Em determinados momentos é possível existir uma sociedade materialmente pobre, porém com poucas desigualdades. Neste caso, grande parte da população se encontra em uma posição desprivilegiada. Em posição oposta, estão os casos de sociedades com bom nível econômico, mas com poucas pessoas nas faixas menos favorecidas.

Apesar de considerar o fenômeno da pobreza como algo complexo e de difícil operacionalização, Rocha (2005) entende que o significado de ser pobre se relaciona com a disponibilidade de meios para viver que uma pessoa detém dentro do grupo social onde se está inserido, considerando que existem em cada sociedade diferentes necessidades pessoais para serem atendidas. Por ser tão complexo, o fenômeno da pobreza pode ser analisado de diferentes maneiras em uma determinada sociedade, uma destas é pelo viés monetário. Dentro

desta perspectiva, é possível classificar a pobreza em duas diferentes formas: absoluta e relativa.

Quando se fala em pobreza absoluta necessariamente vincula-se o não atendimento das necessidades vitais. Nestas condições, o indivíduo ou família possui renda insuficiente para se reproduzir, ou seja, as questões referem-se ao limite mínimo da sobrevivência humana.

O patamar de pobreza absoluta só existe, pois, em relação aos pressupostos 'objetivos' do que é necessário possuir para atingir um nível de vida mínimo, sem questionamentos sobre a subjetividade das pessoas e suas experiências de vida (...) qualificar a pobreza absoluta parece lhe dar um aspecto objetivo que poderia ser falacioso, na medida em que as necessidades não são as mesmas, ontem ou hoje, aqui ou acolá. (DESTREMAU & SALAMA, 1999, p. 53)

Na pobreza relativa, as necessidades precisam ser satisfeitas em função do modo de vida da sociedade em questão. Aqui há redução da desigualdade entre indivíduos, como objetivo social. Trata-se de uma sociedade onde o mínimo vital é garantido, mas existem pessoas “relativamente pobres” (ROCHA, 2005).

Uma casa pode ser grande ou pequena, e enquanto as casas que a rodeiam são igualmente pequenas ela satisfaz todas as exigências sociais de uma habitação. Erga-se, porém, um palácio ao lado da casa pequena, e eis a casa pequena reduzida a uma choupana. A casa pequena prova agora que o seu dono não tem, ou tem apenas as mais modestas, exigências a pôr; e por mais alto que suba no curso da civilização, se o palácio vizinho subir na mesma ou em maior medida, o habitante da casa relativamente pequena sentir-se-á cada vez mais desconfortado, mais insatisfeito, mais oprimido, entre as suas quatro paredes. (MARX, 2008)

As concepções de pobreza absoluta e relativa não apresentam limites bem definidos já que mesmo as necessidades nutricionais consideradas vitais estão associadas a diferentes fatores como modo de vida, cultura, características físicas. As questões ligadas à pobreza absoluta são crescentemente desprezadas pelo fato de que a maioria dos estudos sobre pobreza são desenvolvidos a partir da problemática dos países ricos, onde a pobreza relativa predomina. (ROCHA, 2005).

Vale lembrar que Destremau e Salama (1999) destacam que a mensuração da pobreza relativa através do nível de renda, localizando um indivíduo ou família num estrato salarial, possibilita a construção de medidas arbitrárias, deixando de lado aspectos patrimoniais, como habitação ou acesso a serviços não pagos, entre outros. Decorre dessas insuficiências uma outra maneira de definir ou medir a pobreza a partir da não-satisfação de um conjunto de necessidades básicas como o acesso à água potável, por exemplo, sem as quais os indivíduos ou o grupo familiar não poderiam reproduzir-se de maneira satisfatória.

3.1 Necessidades Básicas e Desigualdades Sociais

Ao considerar a análise das necessidades básicas, deve-se ater ao fato de que a reprodução dos indivíduos não depende exclusivamente de fatores monetários, ou seja, nem sempre a ausência de uma renda monetária satisfatória implica em uma não satisfação de suas principais necessidades. A presença atuante do Estado em serviços de saúde, educação, saneamento básico e lazer podem garantir uma boa qualidade de vida ao indivíduo.

A noção de necessidades básicas ou fundamentais surge nos anos de 1950, associada à emergência da reflexão sobre subdesenvolvimento. A questão passa a ser utilizada como

critério para se definir o subdesenvolvimento. Ou seja, a não garantia de atendimento a um número determinado de necessidades, implica em classificar o país em um grupo de países relativamente menos “desenvolvidos” em relação a outros que garantam aos seus cidadãos estas necessidades. A abordagem denominada de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) preconiza uma visão humanista que ultrapassa a visão econômica para se remeter à moral e ao desenvolvimento do Homem em toda sua dimensão.

As necessidades básicas possuem dois importantes atributos em sua definição restrita. O primeiro ressalta que na maioria das vezes elas são quantificáveis ou mensuráveis, desta forma, são utilizadas para quantificar a pobreza e acompanhar os efeitos de ações de intervenção, em suma, são utilizados métodos para classificar e avaliar. Um segundo atributo aponta que sua satisfação das necessidades básicas é produtiva ao próprio homem. No debate sobre o aumento da produtividade está o campo privilegiado das teorias do capital humano, que fornecem interpretações sobre as causas da pobreza e possibilidades de intervenção para diminuí-la. (DESTREMAU & SALAMA, 1999).

Sobre a formação do capital humano, Barros & Mendonça (1995) propõe a construção de um arcabouço teórico para explicar os processos de geração e reprodução da desigualdade. A construção teórica baseia-se em uma seqüência de corridas, ou seja, de trajetórias de vida em uma determinada geração. Cada corrida possui duas etapas. Inicialmente os participantes se preparam para uma futura competição, esta etapa corresponde ao período da infância e adolescência, fase de acúmulo de capital humano. A etapa seguinte corresponde à fase onde os indivíduos competem no mercado de trabalho. Na primeira etapa, cada participante utiliza três tipos de recursos na competição: suas habilidades inatas, recursos públicos e recursos privados. Os recursos privados são caracterizados pelos prêmios (salários) disponibilizados pelos seus pais ou responsáveis na corrida anterior. No final da etapa ocorrerão desigualdades

devido à diferente preparação dos indivíduos. A desigualdade desta etapa é denominada de “desigualdade de condições” e ao final da segunda etapa a desigualdade de prêmios é denominada de “desigualdade de resultados”.

3.2 O Brasil e o Debate sobre pobreza e desigualdades sociais

Entre o final da década 70²⁵ e o início dos 80, inicia-se um período de transição democrática. Segundo Rocha (2005), na “década perdida”, ocorreu a confluência de duas tendências adversas: 1) redução do ritmo do crescimento; 2) permanência da desigualdade distributiva. A diminuição do ritmo de crescimento, e conseqüentemente a queda dos rendimentos afetaram das mais adversas formas os pobres. A relativa estagnação dos rendimentos e a sua má distribuição se mantiveram no início da década de 1990.

Albert Hirschman (1996) faz uma análise sobre a relação entre progresso econômico e social. Um dos exemplos utilizados pelo autor é o cenário do Brasil nos anos 80, período em que houve expressiva melhora em indicadores como expectativa de vida, mortalidade infantil e analfabetismo, apesar de o país ter passado por um momento conturbado economicamente. Hirschman (1996) procura fazer uma disjunção entre indicadores sociais e econômicos, ou seja, podem ocorrer situações em que os indicadores econômicos como rendas *per capita* não se elevem ou até diminuam e os indicadores sociais melhorem significativamente.

²⁵ A rápida expansão econômica durante os governos militares não significou distribuição de recursos regularmente entre os vários setores da sociedade. Neste momento levantou-se a questão de que a alta concentração de renda levaria o país à estagnação, mas tudo indicava que o setor governamental garantiria a expansão da economia, mas com o panorama de extrema desigualdade. Os 20% mais ricos da população recebiam 63% da renda e representavam 22 milhões de pessoas, tal situação provocou no Brasil um dualismo denominado de “Belíndia”, um país com uma pequena classe abastada, como a Bélgica dentro e um imenso país pobre como a Índia. A tradicional justificativa para a concentração de renda era de que os grupos de renda mais elevadas estão mais inclinados a poupar do que os de renda mais baixa. Dessa forma, para aumentar o investimento e a capacidade produtiva futura, a concentração de renda precisa ser tolerada por algum tempo. Teoria que ressalta que primeiro é preciso o “bolo” crescer para depois dividi-lo. (BAER, 1996).

No início da década de 1990 o Brasil possuía uma incidência elevada de pobreza. Neste cenário foi criado o Plano Real que afetou de forma positiva e acentuada as famílias de menor rendimento. De acordo com Lavinias (1998) ocorreu uma melhora no acesso alimentar da população brasileira mais pobre entre o período de 1995 a 1997, avanços que são creditadas ao aumento da renda com o Plano Real. Verificou-se assim, que a elevação da renda mensal dos trabalhadores mais pobres permitiu a este grupo obter um ganho considerável de consumo calórico. Contudo, conforme Rocha (2000) há evidências de que a redução da pobreza absoluta que se verificou após o plano Real se esgotou. Nos anos de 1996 e 1997 a pobreza absoluta se manteve em torno de 34%, com situações regionais bem diferenciadas, ocorrendo redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais, acompanhada de deteriorações nas metrópoles, especialmente São Paulo, que sofreu forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho. A impossibilidade de continuar a reduzir a pobreza absoluta após 1995 esteve ligada a uma situação macroeconômica delicada que resultava de uma taxa de câmbio sobre valorizada e de déficits públicos crescentes, soma-se a isso os efeitos das crises asiática e russa que colocou o país em situação vulnerável.

A atual década começou um novo ciclo de governo, que ainda não está fechado com características específicas em relação à distribuição de renda e políticas sociais. Marcelo Neri (2006) comparou os efeitos distributivos no atual governo (2003-2005) com o período pós-implantação do Plano Real (1993-1995) no período do Real a taxa de miséria²⁶ abaixou 18,47%, entre 2003 e 2005 no início do atual governo a taxa diminuiu 19,18%. Rocha (1996) destaca que indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, indicam que os

²⁶ Definido como parcela da população que possui renda inferior a 121 reais, a preços na grande São Paulo, ajustado por diferenças regionais de custo de vida. O valor é referente a uma cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS (NERI, 2006).

índices de pobreza absoluta melhoraram nas seis regiões metropolitanas analisadas entre julho de 1994 e janeiro de 1996. A proporção de pobres nestas regiões diminuiu de 38% para 29%. No período atual, fatores como a continuidade do controle inflacionário, o reajuste do salário mínimo em termos reais e políticas sociais como a “bolsa família” explicam a recente redução da pobreza.

Para analisar a situação do Brasil em relação à pobreza mundial no período recente, Rocha (2005) classifica os países em três grupos:

1º) Grupo - Países de renda nacional insuficiente, renda *per capita* baixa, que não garante o mínimo de subsistência para os cidadãos. Neste contexto a pobreza absoluta é inevitável.

2º) Grupo - Países desenvolvidos com elevada renda *per capita*. Parte da desigualdade de renda entre os cidadãos é compensada pela transferência de renda e universalização dos serviços públicos.

3º) Grupo - Países em uma situação intermediária, já que existe recurso suficiente para garantir o mínimo de subsistência para todos, Neste caso a persistência da pobreza se deve a má distribuição de renda. O Brasil²⁷ se situa neste terceiro grupo. Portanto, quando se fala em distribuição de renda assimétrica, necessariamente é preciso aprofundar o debate sobre a produção de “desigualdades”.

²⁷ No Brasil um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas. Por isso o conceito operacionalmente relevante no Brasil é o de pobreza absoluta. A partir desta constatação devem-se definir parâmetros de valor correspondente a uma cesta de consumo mínimo. Pode-se estabelecer o valor da linha a partir de duas categorias. A primeira são as linhas de pobreza arbitrária, um exemplo é a adoção do valor de UU\$ 1 ou UU\$ 2 ao dia utilizado pelo Banco Mundial, como valor mínimo para de sobrevivência individual. E no Brasil se utilizou em várias pesquisas o salário mínimo como parâmetro. A segunda categoria considera a linha de pobreza a partir do consumo observado. Quando há disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias, essa fonte é mais adequada para o estabelecimento da linha da pobreza. A principal vantagem de estabelecer a linha a partir do consumo observado, consiste em ter uma base teórica para respaldá-la. (ROCHA, 2005).

3.3 Apontamentos sobre Desigualdades Sociais

Por que existem desigualdades entre os homens? Um dos primeiros pensadores que se deparou com o assunto foi Jean-Jacques Rousseau em “*O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”. Rousseau cria um “tipo ideal”, uma projeção imaginária e mística de transição do homem, que sai do estado de natureza para viver em sociedade. Todo seu trabalho tem por intenção discutir questões referentes à origem das desigualdades entre os homens.

Enquanto os homens se contentaram com as suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a coser suas roupas de peles com espinhos ou arestas de pau, a se enfeitarem com plumas e conchas, a pintar o corpo de diversas cores, (...) em uma palavra, enquanto se aplicaram exclusivamente a obras que um só podia fazer, e a artes que não necessitavam o concurso de muitas mãos, viveram livres, sãos, bons e felizes, tanto quanto podiam ser pela sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de uma convivência independente. Mas, desde o instante que um homem teve necessidade do socorro de outro; desde que perceberam que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais, em breve, se viram germinar a escravidão e a miséria, a crescer com as colheitas. (ROUSSEAU, 1989, p. 92-93).

A descoberta da metalurgia e o desenvolvimento da agricultura, e a conseqüente divisão do trabalho, estão na origem da propriedade privada e da desigualdade entre os homens. Para Rousseau (1989) o que difere o homem dos animais não é a razão, mas a perfectibilidade, ou seja, a faculdade de se aperfeiçoar sempre. Portanto, para ele, a característica está na origem de vários males da sociedade. Dahrendorf (1969) apud Boudon

& Bourricaud (1982) diz que importantes questões em matéria de desigualdades sociais foram formuladas por Rousseau. Três proposições resumem suas contribuições. Primeira, as desigualdades estão presentes em todas as sociedades, com variações de sociedade para sociedade, e resultam essencialmente de mecanismos de mercados. A segunda proposição diz que as desigualdades possuem a tendência de acumular-se. A terceira ressalta que a autoridade pública que deseja viabilizar o contrato social, deve fazer com que os ricos não sejam tão ricos que possam comprar alguém, que ninguém seja tão pobre que precise se vender a alguém. No pacto, se cada um tiver alguma coisa a perder aceitará com maior facilidade a ordem social, ao mesmo tempo não se devem construir ilusões quanto à capacidade de alcance das políticas igualitaristas, a fim de evitar desestabilidade no pacto firmado.

Já sobre a questão da desigualdade social na sociedade moderna, Tocqueville (1977) apud Boudon & Borricaud (1982) diz que a igualdade de condições entre os homens é uma tendência de longa duração. Para esclarecer sua posição ele faz uma distinção em relação às formas que essa tendência igualitária pode tomar. Uma primeira situação ocorreu quando a condição jurídica das pessoas igualou-se com a extinção do feudalismo, a partir deste momento os indivíduos são reconhecidos como igualmente aptos a fazer contratos, comprar vender e casar-se. Surge em seguida, ou juntamente, um processo de igualização dos direitos políticos. Todos os homens, mais tarde todos os adultos de ambos os sexos, passam a ter acesso ao sufrágio. Em terceiro lugar, como nossas sociedades tornaram-se mais produtivas e ricas, as disparidades extremas entre a abundância e a penúria vêm-se gradualmente suprimidas, ou melhor, não são percebidas como algo que deve ser suprimido.

Segundo Medeiros (2005:60) nas últimas décadas, uma das principais contribuições no debate sobre justiça distributiva se encontra na obra de John Rawls. Sua teoria política de

justiça, de caráter igualitário, influenciou praticamente todo o debate moderno sobre desigualdade. Os pilares de seu igualitarismo são:

1º) A idéia de que nenhuma pessoa merece as capacidades e talentos que possui e, portanto, ninguém merece que a sociedade o premie ou castigue por tais questões circunstanciais. Assim, os mais talentosos coloquem seus talentos a serviço dos menos talentosos.

2º) A idéia de que as instituições da sociedade podem ser consideradas justas quando igualam os indivíduos de tal forma que permitam que a vida das pessoas dependa apenas das suas escolhas pessoais.

Duas peculiaridades da teoria de Rawls são destacadas por Gisele Oliveira et. al. (2001). A primeira se refere ao momento inicial, de definição das premissas que serão utilizadas como fundamento para as estruturas institucionais da sociedade e a segunda está relacionada com o contratualismo, matriz a qual Rawls concebe sua teoria. Ele entende que a equidade ocorre justamente no momento em que se definem as bases que serão norteadoras das estruturas institucionais da sociedade. Sua formulação entende que os princípios da justiça são acordados numa situação inicial, que é equitativa. Neste momento é firmado um pacto social, que na teoria de Rawls é um acordo hipotético fundado na idéia de igualdade original, onde os indivíduos fazem livres opções de direitos e deveres.

Através desta opção que ele torna a teoria da justiça uma concepção realizável através das instituições, de forma objetiva e coletiva. A teoria de Rawls, equiparando a justiça com a equidade, é motivada pela preocupação pelo coletivo, com o institucional, pois, para ele, o sucesso e a alegria dos outros são necessários para o nosso próprio bem, ou mais profundamente, são dele complementares. Mas, o que parece importante acentuar é a concretude de sua posição no contexto social e político da democracia

constitucional, correlacionando, pois, o tema justiça com os fatores históricos e econômico-sociais (OLIVEIRA et. al. 2001, p. 350).

Rawls traz uma novidade em relação aos grandes textos dos contratualistas, sobretudo ao *Contrato social*, de Rousseau. Não se limitando a constatar uma situação de injustiça, ou investigar suas causas. Sua teoria possui uma possibilidade concreta de realização, o que ele denomina de “realismo utópico” (ROUANET, 2002).

Em relação ao debate sobre política redistributiva, além da linha adotada para Rawls, há um outro importante enfoque que defende a concepção de justiça e equidade, posição que segundo Destremau e Salama (1999) considera, em primeiro lugar, as desigualdades de um ponto de vista ético e, em seguida, de um ponto de vista econômico. Ou seja, nesta visão as medidas de redistribuição podem ter um custo, inclusive em termos de crescimento, que convém calcular, mas devem ser tomadas por razões éticas. Estas medidas podem também ter certa eficácia econômica, pois permitem que se mude a regulação e que a valorização do capital seja melhorada, respondendo à alta da demanda produzida pela melhora do poder aquisitivo das camadas de rendimentos mais baixos. Além destas medidas deve existir políticas complementares para setores como saúde e educação, para capacitar os indivíduos a sair da situação em que se encontram. Conseqüentemente, políticas como essas podem favorecer o crescimento. Em suma, se defende que uma política redistributiva que não deve basear-se somente em argumentos econômicos, mas, sobretudo em fundamentos éticos.

Mais recentemente contribuições ao igualitarismo moderno foram realizadas por Amartya Sen, influenciado pelas proposições de Rawls, em relação a posições ideológicas, princípios morais e valores políticos. No entanto, o enfoque de Sen não tem a mesma abrangência de uma teoria da justiça como a de Rawls (MEDEIROS, 2005).

Como ponto de partida para reexaminar a desigualdade, Sen (2001) introduz uma pergunta central: “igualdade de que?” Para ele a maioria das abordagens éticas dos ordenamentos sociais, almejam igualdade de algo, pode-se estar diante de “igualitaristas de renda” (*income egalitarians*) ou “igualitaristas de bem-estar” (*welfare-egalitarians*), entre outros “igualitaristas”, cada um compreendendo um campo diferente. Dentro desta perspectiva devemos considerar a diversidade humana, tanto em relação a características internas, como idade e sexo, quanto a circunstâncias externas, como patrimônios disponíveis e ambientes sociais. Para ele a ênfase em igualitarismo em um campo pode significar a rejeição do igualitarismo em outro. Por isso, na perspectiva de Sen (2001), a abordagem sobre desigualdades possui uma “base informacional” que explora a pluralidade de aspectos.

Muitas desigualdades socioeconômicas presentes na atualidade são originárias de diferenciações. Tais distinções podem ser associadas às características físicas, como sexo e idade, e habilidades ou inabilidades individuais. Desigualdades também são estabelecidas por processos, que em algumas situações chegam a ser violentos como é o caso da escravização. Outras desigualdades vigentes estão relacionadas com o mercado de trabalho que premia diferenciadamente esforços, sacrifícios e escolhas individuais. Neste sentido, por trás de todo debate sobre a reparação das desigualdades, supõe-se que há duas questões: em primeiro lugar, que todas as desigualdades “devem” de alguma forma ser reparadas; em segundo, que é “possível” modificar as tradições, o sistema legal e o mercado de modo a eliminá-las (KERSTENETZKY, 2002).

Após apresentar alguns apontamentos teóricos, esclarecemos que o propósito deste trabalho não é de realizar uma resenha bibliográfica sobre o tema da desigualdade e pobreza, mas apenas esclarecer, em linhas gerais, o seu significado para a pesquisa. Ou seja, as

considerações teóricas serão importantes para o entendimento da visão que a elite do agronegócio em Unaí tem sobre as desigualdades sociais.

Posteriormente a discussão apresentada, procurou-se verificar como são construídas estas noções a partir da visão de atores ligados ao agronegócio no município de Unaí (MG). Neste sentido a pesquisa compartilha o argumento de Reis (2004), de que os critérios materiais de vida são importantes para entender padrões de desigualdade social, porém é preciso levar em consideração a dimensão político-cultural, que pode fornecer subsídios para se captar o sentido socialmente atribuído à desigualdade.

Parte do roteiro de questões apresentadas procurou captar a percepção que o entrevistado tem das questões sociais do município. Busca-se também com as questões do roteiro, dimensionar o grau de importância conferida pelo entrevistado aos problemas sociais em relação ao restante das carências do município. Na primeira questão sobre aspectos sociais foi perguntado aos entrevistados: “Quais são os principais problemas sociais de Unaí?”.

O maior problema de Unaí hoje é social, ele se chama emprego. Principalmente para o pessoal que ganha até 2 salários. Essas pessoas com mão-de-obra não qualificada estão passando por sérios problemas. Muitas destas pessoas viraram “sem-terra”, aqui tem 28 assentamentos com mais se 2400 famílias. Há muito tempo está se fazendo um trabalho em Unaí pra dar sobrevida a essas pessoas, através de pequenas plantações e na produção de leite. É esse pessoal que movimenta a cidade. Os grandes produtores são poucos e além disso compram muita coisa fora, eles não movimentam o comércio da cidade (José, Produtor Rural).

O entrevistado destaca que os trabalhadores situados nos extratos salariais mais baixos estão passando por sérios problemas de desemprego. Na sua fala a Reforma Agrária é vista como uma solução para estes trabalhadores, um destino para parte dos desempregados. Ao final o entrevistado destaca a importância da classe menos favorecida na economia local.

Quando cheguei aqui nos anos 1970 todos viviam no campo. Depois da constituição de 1988, muita gente teve que mudar pra cidade, devido algumas mudanças na legislação. Isso provocou um inchaço na periferia de Unaí (Jeremias, Dirigente de Cooperativa).

3.4 Migração, emprego e legislação trabalhista

A migração de trabalhadores de regiões próximas é apontada como uma das possíveis causas do crescimento dos problemas sociais de Unaí. Devido à reestruturação tecnológica ocorrida na agricultura do município, grande parte das pessoas que foram atraídas pelo sonho do emprego do campo não alcançaram um posto de trabalho, e por consequência tiveram que sobreviver a margem do mercado de trabalho formal.

Na verdade Unaí é uma cidade pólo e nós temos uma proximidade muito grande com a região Norte, muitas pessoas do Vale do Jequitinhonha da região de São Francisco (MG) vieram pra cá em busca de oportunidades, primeiro vinham pra colheita manual do feijão. Muitas destas pessoas se estabeleceram aqui, e atrás os parentes não pararam de vir. Como nós não somos uma cidade industrial e a agricultura é cada vez mais mecanizada, gerou-se um problema sério de desemprego. Ainda bem que existe muita gente assistida pela bolsa

família e hoje nós estamos em busca da agroindustrialização para viabilizar outros empregos. Unai tem um IDH muito bom, mas nós temos muita miséria. Nós temos aqui dois pólos, tem gente com alta qualidade de vida por um lado, mas tem muita gente passando fome (Mateus, Ator Político).

Precisa de alguma coisa nova pra gerar emprego na cidade. O que desenvolve a cidade é o emprego “formiguinha”. O emprego formiguinha é esse pessoal com uma renda mais baixa, que gasta o dinheiro na cidade na farmácia, supermercado, são os chamados pequenos gastadores. Tinha uma época que o arranquio de Feijão contratava muitos trabalhadores, hoje tá quase tudo mecanizado. Esse pessoal que ganhava por volta de 2 salários que movimentava a cidade (José, Produtor Rural).

O consumo das classes de menor poder aquisitivo para a economia do município é citada com um fator importante para economia local pelo produtor rural. Segundo José o “emprego formiguinha” é caracterizado por trabalhadores rurais que ganham baixos salários²⁸, mas gastam praticamente todo salários no comércio do município. O “emprego formiguinha” poderia ser a priori insignificante em relação ao lucro dos grandes produtores, porém o emprego tipo “formiguinha” é extremamente funcional para o setor de comércio e serviços do município. E conforme a teoria de Destremau e Salama (1999) o fato de considerar fatos éticos antes dos econômicos não significa limitar o crescimento, ao contrário o aumento da

²⁸ Conforme Marx (1987) o salário pago pelo capitalista, é o valor produzido pelo trabalhador menos a mais-valia apropriada pelo proprietário dos meios de produção. O salário é calculado tendo em vista sua necessidade de manutenção física e a reprodução e subsistência de sua família, há necessidade de garantir a constância e continuidade da força de trabalho, ou seja, hoje sua força de trabalho é vendida, amanhã será a de seus filhos. Segundo o autor “...o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho, mais rápido que o crescimento da população produtiva, expressa-se de maneira inversa, na sociedade capitalista. Nesta, a população trabalhadora aumenta sempre mais rapidamente do que as condições em que o capital pode empregar os acréscimos dessa população para expandir-se. (MARX, 1988, p. 129).

demanda provocada pela melhora no poder aquisitivo da classe menos favorecida, pode impulsionar o crescimento da economia local.

A agricultura hoje é altamente mecanizada, o café ainda contrata alguns trabalhadores, mas também caminha para mecanização. Muito em função da legislação trabalhista. Nós agricultores como um todo, pagamos muitos impostos trabalhistas. Os encargos são muitos pesados. O futuro mostra que vai haver cada vez mais mecanização. As conseqüências são graves, a marginalidade vai tomar conta (José, Produtor Rural).

O agricultor aponta que há uma tendência de mecanização das lavouras em Unaí, em função principalmente da legislação trabalhista do setor. Ou seja, segundo ele a legislação trabalhista atual é inadequada para o meio rural, por isso não é colocada em prática, fato que obrigou os produtores rurais a optarem pelo processo de mecanização de suas lavouras. Eliseu Alves (2006) argumenta que a extensão das leis trabalhistas ao campo, impôs perdas substanciais aos proprietários, aumentaram indiretamente o custo do trabalho, conseqüentemente a demanda de trabalho caiu. Sabe-se, por outro lado, que garantias constitucionais trabalhistas foram conquistas importantes para os trabalhadores rurais, um exemplo recente²⁹ é a Constituição Federal de 1988 que garantiu a equiparação de direitos entre trabalhador rural e urbano.

²⁹ Antes de 1988, outras importantes legislações se referiam ao trabalho rural. Segundo Guimarães (2004), a Constituição de 1934 trouxe algumas medidas de proteção social do trabalhador rural, relacionadas à fixação do homem no campo, a educação rural e sobre uma regulamentação especial para o trabalho agrícola. Já em 1963 que o empregado rural passou a ter, de forma mais significativa, alguns direitos reconhecidos por lei, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que visava assegurar aos trabalhadores rurais o maior número possível dos direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos.

Nós últimos anos o problema social piorou, principalmente de uns 3 anos pra cá. Em função do problema de condições de trabalho. A maior parte das pessoas não tem emprego garantido, trabalha somente uma parte do ano, e fica vivendo de bico em bico. Unai já esteve bem melhor, e vem caindo cada vez mais, em função da mecanização da agricultura, nós estamos eliminando ao máximo mão-de-obra, por causa principalmente do Ministério do Trabalho (José, Produtor Rural).

3.5 O que é mais importante, pobreza ou desigualdade social ?

Em uma segunda questão sobre aspectos sociais, questionou-se aos atores entrevistados, o que seria mais problemático: pobreza ou desigualdade social? Nesta questão procurou-se direcionar as respostas dos entrevistados aos dois problemas centrais da pesquisa.

Unai tem muita pobreza! As duas coisas estão interligadas é preciso resolver as duas. Quando você acaba com uma resolve a outra. A pobreza cresce muito no país todo. O problema só vai ser resolvido quando se investir em educação, segurança e saúde (Jeremias, Dirigente de Cooperativa).

É presente em várias falas a questão da qualificação profissional com uma necessidade imediata para solucionar os problemas sociais do município. Sem dúvida o investimento educacional e a formação técnica podem ser importantes no combate à pobreza e as desigualdades sociais. No entanto, não são as únicas medidas que devem ser adotadas para lidar com estas questões.

Os problemas sociais nossos são os problemas do Brasil. Há regiões por aí que são bem mais desenvolvidas do que a nossa e têm problemas sociais maiores. Nós temos pobreza, falta de educação principalmente. Não existe uma educação preocupada em formar pessoas tecnicadas. Em Unai nós só temos uma escola técnica de agronomia. Os problemas sociais de Unai estão mais ligados à falta de educação. Faltam oportunidades. Como podemos gerar oportunidade? Em nosso caso somente através de agroindústrias, poderíamos gerar novas oportunidades de emprego (Paulo, Dirigente de Cooperativa).

A idéia de que os seres humanos devem ser iguais entre si é muito antiga. Bottomore (1996, p.373) destaca que entre as inúmeras formas de igualdades possíveis encontra-se a igualdade de oportunidades. Segundo essa corrente, a posição que uma pessoa ocupa numa sociedade, o trabalho que essa pessoa possui, e a renda que ela dispõe deveria depender apenas dos esforços pessoais, das capacidades e da livre escolha dessa pessoa. A idéia de igualdade de oportunidade defendida pelo dirigente de cooperativa Paulo, é bem próxima da ressalva feita pelo produtor rural José em relação ao mérito pessoal.

Tudo que é de graça não presta. Depende muito mais do esforço individual, ele precisa melhorar sua qualificação e sair pra luta (José, Produtor Rural).

Se o agricultor agregar valor ao seu negócio ele vai gerar muito mais emprego. Mas para isso é preciso melhorar a qualificação destas pessoas, hoje a maioria são analfabetos (José, Produtor Rural).

Paralelamente aos investimentos em qualificação profissional dos trabalhadores o produtor rural José ressalta que poderão ocorrer melhorias sociais através da geração de

postos de trabalho se o produtor agregar valor em seus negócios. O ideal de meritocracia estabelece uma correspondência rigorosa entre a contribuição dos indivíduos, suas realizações e seu status. Uma vez colocados todos no pé de igualdade, levanta-se a hipótese de que os ganhadores só podem ser “os melhores”. Esta concepção é acolhida tanto pela tradição liberal como pela tradição socialista, estão associados à crítica da herança e ao elogio do concurso e do exame como meios normais de promoção. (BOUDON & BOURRICAUD, 1982, p. 281).

Onde existe a desigualdade ela é pior do que a pobreza. Numa região onde há desigualdade, provocam-se muitas reações adversas, pessoas roubando, matando para roubar um tênis. Além da pobreza a desigualdade provoca uma revolta que traz conseqüências para todas as sociedades. Ai você vê cada vez mais muros altos, cerca elétrica, sistema de alarme. Na verdade tem que se trabalhar para se dar mais condições para a classe menos favorecidas. Por que se não corre se um risco grande aí (Mateus, Ator Político).

A situação apontada por Mateus pode ser entendida como um caso de controle das externalidades negativas. Segundo Reis (1998) as elites acreditam que seja ameaçador a combinação entre miséria e desigualdades. Isso decorre do fato de que alguns têm pouco ou nada a perder, conseqüentemente não precisam manter a ordem social. Por outro lado a elite precisa diminuir os riscos de ameaças individuais ou coletivas através de medidas compensatórias de combate a pobreza. “... As elites querem que o Estado proteja os pobres e, ao mesmo tempo, proteja os ricos da inveja dos pobres...” (REIS, 1998, p. 287).

A desigualdade é mais problemática, a desigualdade gera pobreza, tem que ter melhor distribuição de renda. Por que quando você iguala, e

youê gera emprego pra esse povo, melhora o lado da saúde e o lado educacional; cidade evolui em outro sistema. Unai hoje é uma cidade violentíssima, isso aconteceu dos anos 1980 pra cá. Falava-se muito em Unai, então veio este pessoal no Norte de Minas, não é discriminação, mas eles vieram se alojaram sem nenhuma infraestrutura e passaram por muita dificuldade, hoje que a situação deles melhorou um pouquinho (João, Produtor Rural).

A última fala do produtor rural “João” afirma que o crescimento econômico impulsionado pela agricultura atraiu muitos migrantes, em sua maioria originários do Norte de Minas, considerada a região mais pobre de Minas Gerais. Trabalhadores que chegam com pouca infra-estrutura, e em muitas situações fugindo da miséria e da seca na cidade de origem. Na visão dos entrevistados estes novos habitantes representam um encargo para o município. Em geral portam pouco capital financeiro, pouco conhecimento técnico e baixa escolaridade. Pode-se contrapor a posição de chegada destes migrantes aos sulistas que vieram durante as décadas de 1970 e 1980. Ambos atraídos pelas promessas do desenvolvimento agrícola na região. No entanto, há uma grande diferença na inserção destes atores no cenário econômico do município. Os sulistas vieram para serem dirigentes de um processo de “modernização” da agricultura no cerrado mineiro. Detentores ou não de capital, tiveram acesso a uma série de recursos governamentais para levar a frente o projeto de produção agrícola no cerrado. Os últimos migrantes vieram atraídos por um sonho de emprego. Chegaram para ser os braços da agricultura na colheita do feijão, da cebola, da batata inglesa, do café, entre outros produtos plantados no município. Porém, em uma agricultura cada vez mais tecnificada, excluiu-se um grande número de postos de trabalho. Conforme os entrevistados na maioria dos casos a pouca escolaridade dos trabalhadores que vieram do Norte impede que este encontre refúgio em outra ativa que não seja ligada ao trabalho manual.

Unai hoje 60% das pessoas estão na faixa da pobreza, metade destas estão abaixo do nível mínimo de sobrevivência. A maioria são pessoas que trabalham de bóia-fria e serviços manuais em geral. Eu acho que o futuro é pouco promissor pra essas pessoas menos favorecidas (José, Produtor Rural).

A partir da fala do entrevistado é possível fazer uma diferenciação de dois tipos de pobreza presentes no município. A pobreza que atinge 60% das pessoas do município, uma pobreza relativa onde as necessidades dos pertencentes ao grupo não são satisfeitas em função do modo de vida da sociedade unaiense. E a pobreza absoluta, compartilhada por pessoas que “estão abaixo do nível mínimo de sobrevivência”. Situação em que suas necessidades vitais não são atendidas, pertence a este grupo pessoas com renda insuficiente para se reproduzir. Nota-se também, que há um pessimismo em relação ao futuro das pessoas em pior situação social em Unai.

De acordo com os entrevistados pode-se dizer que o crescimento do agronegócio foi decisivo no desenvolvimento econômico e social de Unai. Há variações nas respostas quando se fala do marco inicial de seu desenvolvimento. Alguns disseram que tudo começou no final da década 70. “*Praticamente a gente considera que por volta de 1977 e 1978 que realmente tudo começou...*” (João Batista, Ator Político e Dirigente de Cooperativa). Em outra fala o produtor ressalta “*Lá pros anos de 1976, 1977 começou a ter a influência da agricultura de cerrado. Foi o impulso para Unai...*” (Moisés, Diretor de Cooperativa e Produtor Rural). Já para outro entrevistado tudo começou na década de 80. “*Em meados de 1980 existia um projeto do governo Federal chamando POLOCENTRO, que incentivou esse pessoal a vir...*” (Samuel, Dirigente de Cooperativa). Existe divergência também, quanto à trajetória deste

desenvolvimento, há aqueles que relembram a recorrência de grandes crises, outros já acreditam que o período foi de estabilidade com alguns reveses.

Observando com atenção, nota-se que nenhum entrevistado negou a existência de inúmeros problemas sociais em Unaí. Na falas é possível definir vários níveis de percepção, uns acreditam que há sérios problemas sociais no município *“Unaí tem muita pobreza!”* (Jeremias, *Dirigente de Cooperativa*), outros que os problemas do município nada divergem, ou até são menos do que em outras regiões do Brasil. *“Os problemas sociais nossos são os problemas do Brasil. Há regiões por ai que são bem mais desenvolvidas do que a nossa e têm problemas sociais maiores.”* (Paulo, *Dirigente de Cooperativa*). Acredita-se, portanto que os entrevistados percebem de diferentes formas, a questão das desigualdades sociais no município, sem, porém colocá-las como problemas centrais.

O dilema entre o que já foi feito, o que se transformou, e o que terá de mudar aparecerá no próximo capítulo. As próximas questões serão referentes ao tratamento das questões sociais dos municípios dentro do processo de desenvolvimento ocorrido no mesmo. Buscaremos resgatar na fala dos entrevistados suas visões sobre os excluídos e incluídos, e quais seus destinos e possibilidades no presente e futuro. O que é, para quem foi, e para quem será o desenvolvimento unaiense.

Portanto, neste capítulo foram apresentados alguns problemas sociais e suas possíveis soluções, a partir da ótica dos entrevistados, entre eles estão: O desemprego, que aumentou nos últimos anos devido à mecanização da colheita do feijão. A elite do agronegócio de Unaí possui uma visão pessimista em relação à viabilidade da Reforma Agrária, porém, alguns entrevistados acreditam que os assentamentos serviram para absorver parte dos trabalhadores que foram desculpados nas lavouras de Feijão.

Os entrevistados creditam aos migrantes, que chegaram em busca de uma vaga de emprego nas lavouras do município, a culpa por grande parte dos problemas sociais presentes na cidade atualmente, mas, um dos entrevistados destaca que é o consumo das classes de menor poder aquisitivo que movimentam boa parte da economia local.

A qualificação profissional é apontada pelos entrevistados como uma possível solução para os problemas sociais do município; Deve-se destacar que investimentos na formação técnica podem ser importantes no combate à pobreza e desigualdades sociais, mas observa-se uma resistência a soluções mais imediatas para auxiliar as pessoas que vivem em situações mínimas de sobrevivência.

CAPÍTULO IV

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÃO DA ELITE

Até aqui foi apresentado em primeiro lugar, como a história de Unai e suas alterações ao longo do tempo estão intimamente relacionadas ao surgimento de uma elite local ligada ao segmento hoje denominado de “agronegócio”. Também é expresso o papel do “agronegócio” no processo de desenvolvimento econômico de Unai. Em um segundo momento houve a caracterização da elite, quem são, de onde vieram e que posições ocupam. Passando a um outro capítulo, surgem os temas centrais da pesquisa “desigualdade e a pobreza”. Inicialmente neste quinto capítulo serão apresentadas questões referentes ao tema “desenvolvimento econômico”, e suas relações com outras questões presentes no município. Na segunda parte do capítulo será discutida sobre a importância que os entrevistados conferem a alguns problemas do município. Entre os problemas listados é dado destaque ao debate sobre Reforma Agrária. Trataremos também sobre a mecanização das lavouras de Unai e suas conseqüências, sobre a responsabilidade em mitigar a pobreza e as desigualdades sociais e ao final sobre a agroindustrialização do município e suas possibilidades para o futuro.

4.1 Questões Sobre Desenvolvimento Econômico

Qualquer debate que envolva pobreza e desigualdades sociais quase sempre precisa ser acompanhado por questões referentes ao mundo econômico. Ao realizar a análise de várias concepções sobre desenvolvimento, Castro (2002) ressalta que a concepção de desenvolvimento ganhou complexidade nos últimos anos, integrando múltiplas dimensões: “crescimento com estabilidade”, “desenvolvimento como liberdade”, “desenvolvimento com equidade”. Segundo Sachs (2004), citado por Duarte (2006) a idéia do desenvolvimento surge no período pós-guerra como um dos pilares para a reconstrução da ordem mundial e como uma estratégia para impulsionar o processo de descolonização e emancipação dos países do Terceiro Mundo. Nestes países subdesenvolvidos, conforme Destremau & Salama (1999) o crescimento como sinônimo de desenvolvimento econômico parece ser, a priori, o remédio para todos os males da pobreza, e por duas razões: o emprego aumenta e a produtividade cresce: e, com ela, os salários. Quando a distribuição de renda é estável, o conjunto dos rendimentos aumenta no mesmo ritmo e, conseqüentemente, o crescimento diminui o peso da pobreza absoluta. Porém, o crescimento pode acarretar desigualdades crescentes, segundo as variações da taxa de abertura do comércio internacional e o tipo de progresso técnico.

De acordo com Duarte (1998), nossa sociedade construiu alguns mitos, um deles é a idéia de desenvolvimento como sinônimo de progresso econômico e tecnológico, como algo que deve ser alcançado a qualquer custo, as sociedades do Terceiro Mundo devem com isso superar os laços da tradição, do senso comum, para fazer parte do mundo “moderno”, marcado pela industrialização e convicção de que o crescimento é ilimitado. De acordo com Veiga (2005) a questão do desenvolvimento não se confundia com crescimento econômico até a década de 1960.

... não existia a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. Todavia foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido na década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso à saúde e à educação. Foi assim que surgiu um intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento (VEIGA, 2005, p. 19).

Ao estudar as falácias presentes na experiência vivenciada pela América Latina Bernardo Kliksberg (2001) indica que é muito importante tratar de aumentar o produto total de uma sociedade através do crescimento econômico. É fundamental ainda o desenvolvimento das capacidades tecnológicas, da competitividade e a produção de um clima economicamente estável. Porém, o tema do desenvolvimento não pode ser simplificado, pois o crescimento econômico sozinho não produzirá resultados sociais significativos, mudanças já defendidas na política oficial de instituições como o Banco Mundial. Sobre o início destas mudanças em relação ao debate sobre a noção de desenvolvimento. Rocha (2005) aponta que o início dos anos 70 marca o reconhecimento tanto do meio acadêmico quanto das instituições internacionais de que o desenvolvimento econômico, as desigualdades sociais e a pobreza não estavam sendo equacionados como os resultados do desenvolvimento econômico. *“Na verdade, mesmo nos casos bem-sucedidos de crescimento econômico, ficou evidente que taxas adequadas de expansão do produto não necessariamente se difundiam através da sociedade.”* (ROCHA, 2005, p. 09). As mudanças ocorridas nestas instituições reorientaram o foco das políticas públicas que passaram a repensar o processo de crescimento, de modo a considerar

explicitamente os objetivos de redução da desigualdade e da pobreza, integrando populações marginalizadas ao curso predominante da evolução social, econômica e política.

Argumentações teóricas de Birdsall, Ross e Sabot (1996) citados por Kliksberg (2001) defendem que quanto menores forem as desigualdades sociais, mais vivo e durável é o crescimento econômico e maior será sua eficácia sobre a diminuição da pobreza. Ou seja, a associação entre elevada desigualdade e um crescimento lento, pode constituir um obstáculo para o crescimento. Neste caso, os termos do raciocínio econômico convencional são invertidos ao considerar que uma distribuição menos desigual, obtida pela via redistributiva, ampliaria e consolidaria o crescimento. Conforme Destremau & Salama (1999) estas conclusões viriam a se opor à tese desenvolvida por Kuznets (1970), segundo a qual a distribuição de renda seguiria uma curva em U invertida³⁰. No início, as desigualdades se acentuariam com o crescimento, e os trabalhadores se deslocariam dos setores com fraca produtividade para aqueles com produtividade mais elevada, assim as desigualdades fazem parte de uma etapa inevitável da marcha para o desenvolvimento.

Em outra perspectiva, Amartya Sen (2000) defende que o processo de desenvolvimento consiste na eliminação de privações que limitam as pessoas a fazerem escolhas e criar a oportunidade destas pessoas exercerem sua condição de agente. Portanto, o desenvolvimento pode ser visto com um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Este enfoque contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização

³⁰ Na América Latina, o “U” invertido não funcionou. Para Kliksberg (2001), Kuznets nunca pretendeu que fosse aplicável mecanicamente aos países não-desenvolvidos. Seus trabalhos tiveram como base, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha num período que compreendeu da primeira metade do século XIX até o final da Primeira Guerra Mundial.

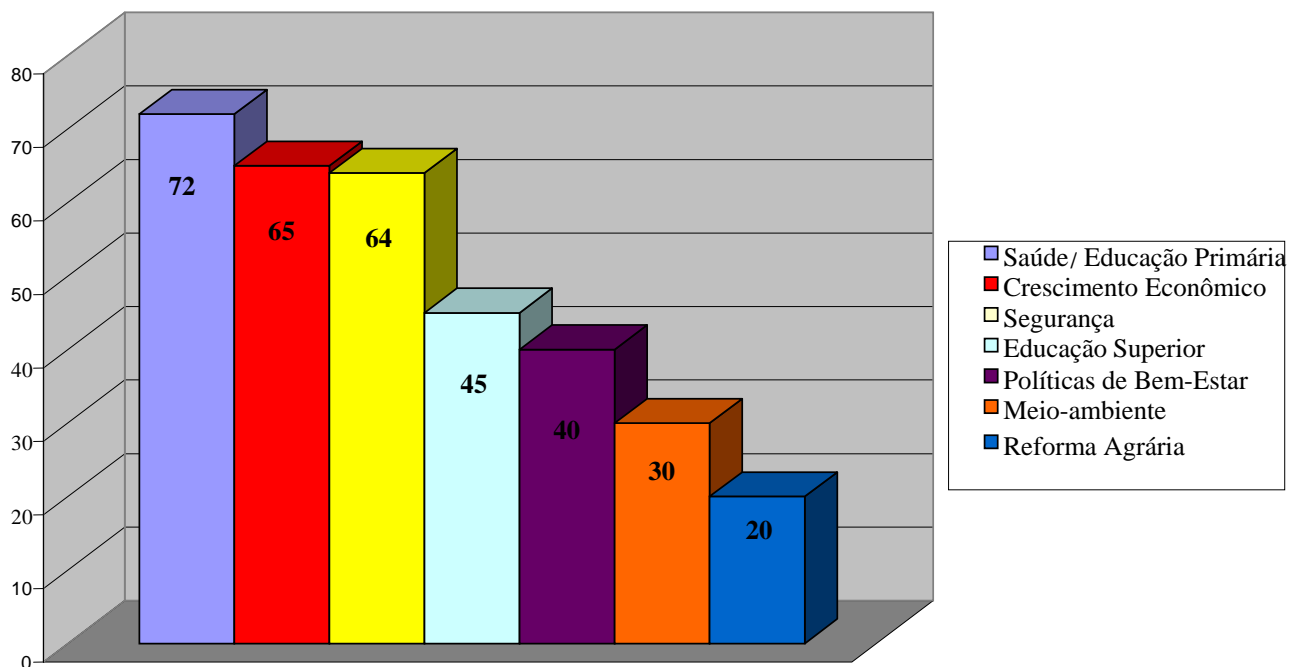
social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade.

4.2 Percepção da Elite

4.2.1 O que importa para a Elite

Após apresentar algumas concepções que cercam o debate sobre o conceito desenvolvimento, tentaremos entender como a questão é observada pelos atores locais. Para isso, foi entregue aos entrevistados um cartão com sete temas, pedimos a eles que os ordenassem segundo sua concepção de importância numa escala entre 1 (um) e 7 (sete). Onde 7 (sete) significa o tema com maior importância e 1 (um) de menor importância. O gráfico abaixo expressa os resultados obtidos.

Gráfico 1 – Temas Importantes para Elite do Agronegócio em Unaí.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dois mais importantes temas segundo a visão dos entrevistados foram “saúde/Educação Primária” e “crescimento econômico”. Tendo em vista a importância conferida ao crescimento econômico, foi questionado aos entrevistados se o crescimento poderia resolver os problemas sociais de Unaí.

Claro que sim! O desenvolvimento econômico traz recursos, traz mais riquezas e só com riqueza que você consegue resolver os problemas. Lógico que junto com o desenvolvimento econômico tem que ter políticas sociais de educação, saúde e segurança. São os três pilares de um desenvolvimento que vai sustentar a economia (Paulo, Dirigente de Cooperativa e Produtor Rural).

Paulo, dirigente de cooperativa e produtor rural, defende um modelo de desenvolvimento que priorize o crescimento do produto. Sua fala também aponta a necessidade de políticas complementares de educação, saúde e segurança. Uma visão que concilia políticas de curto prazo como saúde e segurança e de longo prazo como é o caso da educação.

Em parte, por que o crescimento econômico daqui pra frente busca crescer reduzindo o número de trabalhadores. Então se resolve o problema daquelas pessoas que conseguem o emprego. Quem consegue a vaga, aquela pessoa que tem qualificação vai ficar bem. Como o crescimento econômico não é proporcional à demanda por vagas, só o crescimento econômico não resolve o problema. Teria que ser um crescimento econômico induzido à criação de novas vagas. De nada adianta crescer minha propriedade mais 20% se eu não contratar, nenhum empregado. Eu posso crescer minha propriedade unicamente na base de maquinários, teve crescimento econômico do que adianta, eu não gerei nenhuma vaga de emprego (...) O governo deveria criar um plano, que no momento em que eu crescesse economicamente, me forçasse a ampliar o número de vagas. Principalmente da mão-de-obra desqualificada (Samuel, Dirigente de Cooperativa e Ator Político).

O dirigente de cooperativa e ator político “Samuel” relaciona a necessidade de se ter o crescimento econômico vinculado à geração de empregos, de que o crescimento somente “na base de maquinários” não implicará na abertura de postos de trabalho. Ao final da sua fala, ele aponta a necessidade do governo criar incentivos para absorver parte da mão-de-obra menos qualificada.

4.2.2 Lugar da Reforma Agrária

Se por um lado, a saúde, desenvolvimento econômico e segurança são vistos como temas prioritários, em outro extremo aparece a Reforma Agrária³¹ com pouco prestígio entre os entrevistados. Um primeiro ponto que deve ser destacado está relacionado à forma de inserção da reforma agrária entre os temas da pesquisa. A princípio, a reforma agrária era citada somente no cartão onde os entrevistados enumeravam os temas segundo a sua ordem de importância. Após as duas primeiras entrevistas, notou-se que a reforma agrária apareceu exatamente na última posição em ambas entrevistas, ou seja, como tema de menor importância entre todos aqueles apresentados. Numa tentativa de entender quais eram os motivos que levaram esta política a possuir tão pouco prestígio entre os entrevistados, formulou-se uma questão para ser inserida após a apresentação do cartão com os temas. A pergunta era a seguinte: “Você acredita que a Reforma Agrária poder ser uma política de combate à pobreza e às desigualdades sociais?”. Os 10 entrevistados que responderam a questão após sua inserção, apresentaram diversos posicionamentos que serão descritos abaixo.

Não, eu não acredito. Por que a reforma agrária da maneira como ela é feita, ela tem contribuído para piorar as coisas. Parte da reforma agrária era feita nas chamadas terras devolutas, que pertence ao governo. E na nossa região praticamente não tem mais esse tipo de terra. Eu sou contra a pessoa invadir uma coisa que não é dela. Se você compra uma fazenda ela é sua. Agora se você produz na fazenda

³¹ Segundo Hobsbawm (1999) a população rural em especial da América Latina foi atraída por uma importante política de desenvolvimento econômico, a Reforma Agrária, fato curioso para o autor é que essa política não aconteceu na América Latina por meio de revoluções ou guerras salvo alguns casos. “... a mais forte defesa econômica da reforma agrária não está na produtividade, mas na igualdade (...) Na verdade, a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária sistemática em muitos desses países” (HOBSBAWM, 1999, p. 348).

bem, se você não produz o Governo deveria ter uma tributação maior para você. Mas, a fazenda é sua. Em Unai fazer uma reforma agrária onde? É um município extremamente produtivo. Nós temos um rebanho com mais de 330 mil animais, tem produção extraordinária de feijão, soja, milho, algodão. Vou te dar um exemplo, em Arinos tinha uma fazenda com três mil animais. Essa fazenda foi desapropriada e fizeram dois ou três assentamentos. Agora não tem um décimo dos animais que tinha. Tem alguns tipos de produção que tem que ser feita em escala. Você não produz com 10 hectares de terra, você tem que ter 100, 200, 500, 1000 hectares de terra. Há pivôs de irrigação que só funcionam em propriedades acima de 500 hectares. Se eu pegar 10 lotes de 50 hectares nunca produz mais do que uma fazenda com 500 hectares (Issac, Ator Político).

No trecho acima, o ator político apresenta considerações sobre a Reforma Agrária. O primeiro ponto abordado é o caráter central da propriedade da terra, ou seja, deve-se garantir a segurança jurídica do direito a propriedade. Segundo, a questão da produtividade da terra é primordial quando se fala em política agrária. Nota-se que para o entrevistado qualquer política de desenvolvimento no meio rural deve estar subordinada à eficiência produtiva. Não há como negar a importância da produtividade agrícola em um cenário de intensa competição internacional, porém, há que considerar o fator equidade para se pensar em estratégias de desenvolvimento sustentável em longo prazo. Segundo Kerstenetzky (2002), entre os recursos que podem evidenciar avanços pró-distribuição de renda e por consequência incidir de forma decisiva para o crescimento, se encontra a distribuição da propriedade fundiária. No caso da terra, não há como comprovar que a grande propriedade é necessariamente mais produtiva. Portanto, a reforma agrária é mais do que uma política social orientada para a correção de injustiça social.

Eu conversava um dia com FHC [Fernando Henrique Cardoso], ainda quando ele era presidente e ele dizia que era preferível ter “Sem Terra” do que ter “Sem Supermercado”, “Sem Banco”, “Sem Hospital”, “Sem Farmácia”. Se esse pessoal fosse tomar o supermercado seria muito pior do que tomar terra. É um investimento do Governo pra lá, ele sabia que não era viável, por que o modelo de agricultura no Brasil, salvo algumas culturas, precisa ser produzida em escala para se tornar economicamente viável. Esse pessoal tá passando uma necessidade terrível e não é só aqui em Unai são todos os assentamentos. Por isso eu concordo com o que FHC falou. É melhor a Reforma Agrária do que nada. O ideal era ter condições de fazer o que os Estados Unidos fez, lá é tudo grandes fazendas, lá além de plantar na fazenda dele, o agricultor planta em mais dez fazendas arrendadas. Lá as pessoas tiveram oportunidade de emprego, eles não ficaram desempregados como no Brasil. Aqui esse pessoal está todo desempregado, então o assentamento é uma alternativa, antes isso do que nada. Mas se o Brasil e Unai tivessem condição de gerar um emprego digno pra pessoa, horário de entrar, sair, segurança no trabalho, num fica um assentado. Se nós tivéssemos condições de dar uma renda num emprego comercial e industrial digno na cidade, ninguém ficava lá. (Mateus, Ator Político e Produtor Rural).

Na opinião de Mateus, também é possível observar a defesa irrestrita da eficiência econômica na propriedade rural, o entrevistado justifica sua posição comparando o Brasil com os Estados Unidos. O caso estadunidense é apresentado como um tipo “ideal”, um modelo de desenvolvimento agrícola a ser seguido. Em suas conclusões ele aponta que o “fracasso” do modelo brasileiro se deve em grande medida à falta de políticas consistentes de geração de emprego. Logo no início de sua argumentação também se entende que a Reforma Agrária é um equívoco necessário “*melhor a Reforma Agrária do que nada*”. Portanto, em sua visão a

Reforma Agrária se aproxima muito mais de uma política social do que de uma política de desenvolvimento econômico.

Outro problema que ocorre na reforma agrária é que o pessoal que vai para os assentamentos não é do campo. Eles saem da cidade pegam os lotes depois vendem. Não tem mais espaço para reforma agrária em Unai. Aqui tem muito assentamento, você vê muito venda, transferência e abandono de lote. O pessoal recebe o lote não tem nenhuma formação agropecuária, não sabem plantar um pé de alface, recebem um lote de 20 hectares pra mexer, com certeza ele não sobrevive ali. Deveria haver uma seleção de pessoas que são de origem do campo. Outra coisa, os incentivos que ele dão para o assentados, se eles dessem para o pequeno e médio produtor rural resolveria a fome do Brasil. Esses financiamentos sem juros, que no final eles nem pagam. Você forma um assentamento com toda condição de financiamento e ao lado do assentamento tem um pequeno produtor que não recebe as mesmas condições. E ele já está instalado no campo, já sabe lidar com o campo, já acostumado a plantar, só falta incentivo pra eles (Isaac, Ator Político).

Em sua última fala, Isaac retoma a discussão sobre a seleção de pessoas beneficiadas pela política de Reforma Agrária. A “formação agropecuária” é apresentada como uma vocação, algo natural a alguns indivíduos, um conhecimento exclusivo daqueles que “são do campo”. Há uma denúncia do tratamento diferenciado entre aqueles que “são do campo”: pequenos e médios produtores em relação aos que “não são do campo” aponta-se para um favorecimento dos últimos. Leite (2007) destaca que existe preconceito em diversos setores da sociedade de que trabalhadores oriundos de atividades urbanas e periurbanas não teriam o perfil para exercer atividades rurais, tanto agrícolas, quanto não agrícolas. Segundo Leite

(2007) o grande número de trabalhadores que migraram do campo para cidade entre as décadas de 1930 e 1980, não precisou provar para os setores urbano-industriais que possuía “vocação” para compor o exército de mão-de-obra da industrializa o brasileira. Hoje no caso de Unai o retorno de trabalhadores urbanos para o campo é apontado como uma estratégia inviável, fadada ao insucesso. Portanto, a posi o de Issac apresenta uma clara diferencia o entre mercedores e não-mercedores de auxílio do governo. Numa analogia a obra de Elias & Scotson (2000) pode-se dizer que estamos diante de uma rela o entre “Estabelecidos” e “Outsiders”.

Sobre a questão da Reforma Agrária no Brasil, Sachs (2001) também argumenta que o principal obstáculo para sua concretiza o é a descrença das elites políticas brasileiras, inclusive de uma parcela substantiva das forças de esquerda, na viabilidade econômica da agricultura familiar e na capacidade inovadora das sociedades rurais. Para esses grupos, a reforma agrária   uma medida indispensável de cunho exclusivamente social. O futuro econômico do campo pertence, portanto   grande agricultura moderna altamente mecanizada. Por conseqüência se prioriza uma agricultura praticamente sem homens, que provoca necessariamente um intenso  xodo rural, preço inevitável a pagar por este modelo de desenvolvimento.

4.2.3 Mecaniza o Agrícola e suas conseqüências

Entre a segunda grande guerra mundial e a década de 70, os países desenvolvidos e alguns subdesenvolvidos passaram por um período de relativa estabilidade e de expressivo crescimento econômico que, razão pela qual o período ficou conhecida como “os anos

dourados” ou “os trinta anos gloriosos”. Para Werneck (2002) o quadro de prosperidade resultou da configuração de um modelo de desenvolvimento capaz de articular modernização das estruturas produtivas e transformação das normas de consumo. As inovações provocadas nesta II Revolução Industrial possibilitaram a mecanização das unidades produtivas e a reestruturação da organização do trabalho nos moldes tayloristas/fordistas, o que propiciou o incremento crescente dos ganhos de produtividade e o desenvolvimento da produção em massa.

... as transformações impulsionadas pelo novo paradigma tecnológico e produtivo configuram um cenário em que estão presentes tanto a demanda das empresas por uma mão-de-obra mais qualificada, segundo critérios distintos da concepção tradicional de qualificação, quanto o aumento do desemprego, das atividades no setor informal e das relações “atípicas” de trabalho, que geram situações intermediárias entre emprego e desemprego. (WERNECK, 2002, p. 18-19)

A discussão sobre a reestruturação produtiva na agricultura e advento da mecanização está intimamente ligada às implicações éticas do processo de desenvolvimento econômico. Segundo Taylor (1992) citado por Kliksberg (2001) há uma tendência de que no debate sobre a racionalidade técnica, a discussão sobre os meios substitua a importância dos fins.

A tecnologia é um meio para alcançar fins, que, por sua vez, devem ser objeto de outra ordem de discussão. Se a discussão sobre os fins desaparecer, como pode estar ocorrendo, previne Taylor, e a racionalidade tecnológica predomina sobre a racionalidade ética, os resultados podem ser muito regressivos para a sociedade (KLIKSBURG, 2001, p. 41).

Conforme Raul Bastos (2002) há uma série de efeitos compensatórios que precisam ser ponderados ao analisar os impactos da tecnologia sobre o emprego. Primeiro, em muitos

casos a tecnologia está associada à criação de novos produtos, serviços e mercados e, conseqüentemente, à novas frentes de expansão de empregos. Segundo, o crescimento da produtividade do trabalho traz consigo redução de custos, o que pode implicar no barateamento do preço das mercadorias. No caso do agronegócio, nas palavras de Barros (2006), um dos objetivos estratégicos do setor é garantir a disponibilidade de alimentos para a sociedade como um todo, em quantidade “*A produção física de alimentos expandiu 68% enquanto a população cresceu 27%. Isso significa que a disponibilidade per capita de alimentos para os brasileiros cresceu 32%.*” (BARROS, 2006, p.06), além da quantidade o texto destaca a importância do barateamento dos preços dos produtos alimentícios para a sociedade. “*... a causa da não-sustentabilidade do agronegócio num processo da expressiva transferência de renda – através de queda acentuada de preços em relação a 1994 – desse setor para a sociedade como um todo. Na última década, essa transferência pode ter ultrapassado a casa do R\$ 1 trilhão...*” (BARROS, 2006, p. 01). O último impacto destacado por Bastos (2002) é que o aumento da produtividade pode representar vantagens aos trabalhadores “se” estes ganhos forem repassados aos salários. Mas, em contrapartida os trabalhadores menos qualificados são muito mais atingidos em termos de perda de postos de trabalho. Assim, os empregos que envolvam atividades rotineiras, repetitivas e com baixos requisitos de escolaridade são mais afetados negativamente pelo processo de introdução de novas tecnologias.

Segundo Mateus, em Unaí há grandes desigualdades sociais. Parte das pessoas que vivem na miséria do município são migrantes que vieram trabalhar na colheita de feijão. Após

o processo de mecanização das lavouras a maioria destes trabalhadores ficou sem emprego³² e são sustentados por programas sociais.

Na verdade Unaí é uma cidade pólo e nós temos uma proximidade muito grande com a região Norte de Minas, muitas pessoas do Vale do Jequitinhonha de São Francisco pra cima vem em busca de oportunidade, primeiro vinham pra colheita manual do feijão. Muitas destas pessoas se estabeleceram aqui, e atrás os parentes não param de vir. E como nós não conseguimos nos tornar uma cidade industrial e na agricultura cada vez mais a agricultura é mais mecanizada. Na pecuária também há uma grande mecanização. A partir desta situação nós temos um problema sério de desemprego, existe muita gente assistida pela bolsa família e hoje nós estamos em busca da agroindustrialização para viabilizar outros empregos. Porque em Unaí nós temos dois pólos: um tem IDH muito bom, mas do outro lado nós temos muita miséria. Aqui têm uma controvérsia muito grande, nós temos a maior renda per capita rural do Estado, mas temos gente passando fome (Mateus, Ator Político e Produtor Rural).

³² Os mecanismos de produção e acumulação capitalista constantemente se adaptam à necessidade de exploração do capital. Em algumas situações as transformações provocam o surgimento do que Marx (1988) chamou de “exército industrial de reserva”. Uma superpopulação de trabalhadores que se mantém desempregados devido à necessidade de acumulação do capital. O excedente de trabalhadores garante uma imediata força de trabalho disponível e provoca um achatamento dos salários, mantendo o trabalhador somente com capital disponível para manter suas necessidades básicas. O alargamento do exército industrial de reserva, trás como consequência o aumento da miséria social. Sobre o assunto Soto (2003) diz que as condições de produção capitalista não apresentam um caráter único, mas sim um duplo caráter. As mesmas condições que movimentam a riqueza, também produzem miséria. As mesmas condições que desenvolvem as forças produtivas provocam uma força produtiva de pressão contrária. *“La pobreza del trabajador, se constituye en consecuencia y condición necesaria de la existencia del régimen, y es justamente esa condición de necesidad la que la funda en base esencial de la riqueza; en este sentido, esta condición es determinante y fundamental, debido a que nos indica que la miseria es condición de existencia de la sociedad capitalista, ésta sólo existe porque se cimienta en la miseria.”* (SOTO, 2003, p.12)

Uma das funções³³ ou papéis desempenhados pela agricultura no processo de desenvolvimento econômico é a liberação de mão-de-obra para o setor industrial, fato que na visão de Ramos (2007) ocorreu com maior intensidade no Brasil a partir dos anos de 1950. Neste período houve um duplo movimento de urbanização e industrialização que atraiu grande número de trabalhadores para zona urbana, e por outro lado ocorreu a expulsão de trabalhadores por meio da mecanização do campo e concentração fundiária através da incorporação das pequenas propriedades por estabelecimentos de maior porte. Em nosso espaço de pesquisa a intensificação das transformações na agricultura ocorreu no período recente. A exploração da agricultura em larga escala foi intensificada em meados da década de 80, mudanças que atraíram um grande número de trabalhadores para as lavouras no município. Wander (2005) destaca que Unai experimentou nos últimos 20 anos um desenvolvimento agrícola notável, principalmente com relação à cultura do feijão, transformando o município no maior produtor de feijão do Estado de Minas Gerais. A colheita destas lavouras por muitos anos foi realizada manualmente, hoje grande parte é mecanizada. Informações sobre a ocupação nas propriedades do município podem ser verificadas na TABELA 9.

³³ Conforme Johnston & Mellor (1961) as principais funções do setor agrícola para o desenvolvimento econômico são: 1) liberar mão-de-obra para o setor industrial; 2) aumentar a oferta de alimentos para consumo doméstico; 3) ampliar o mercado para os produtos da indústria; 4) ampliar a oferta da poupança; 5) gerar divisas externas via exportações.

Tabela 9 - Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuário por grupos de área na Região Noroeste de Minas e Município de Unaí, 1996.

Mesorregião Geográfica e Município	Grupos de área total	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários
Noroeste de Minas (MG)	Menos de 10 há	4,56%
	10 a menos de 50 ha	20,83%
	50 a menos de 200 há	29,18%
	200 a menos de 500 ha	18,10%
	500 a menos de 1.000 ha	10,46%
	1.000 a menos de 2.000 ha	6,15%
	2.000 ha e mais	10,43%
	Sem declaração	0,29%
	Total	100%
Unaí (MG)	Menos de 10 ha	6,46%
	10 a menos de 50 ha	26,80%
	50 a menos de 200 ha	27,64%
	200 a menos de 500 ha	17,65%
	500 a menos de 1.000 ha	8,65%
	1.000 a menos de 2.000 ha	5,41%
	2.000 ha e mais	6,91%
	Sem declaração	0,48%
	Total	100%

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008.

A TABELA 10 apresenta indícios de que as grandes unidades de produção agropecuária empregam um número relativamente baixo de trabalhadores. Em Unaí os estabelecimentos que acima de 500 hectares são responsáveis por pouco mais de 20% das ocupações no campo. Já as propriedades menores que 50 hectares a percentagem é de 25,4%.

Ou seja, a geração direta de empregos não é a principal virtude de grande parte dos empreendimentos agropecuários que integram o agronegócio no município.

Na visão de alguns entrevistados a situação dos trabalhadores nas lavouras do município se agravou devido ao rigor da legislação trabalhista rural³⁴.

Ocorre também uma inadequação das propriedades para receber os trabalhadores, e pelo fato também da norma trabalhista não ser adequada para se aplicada em propriedades rurais. Então já que eu tenho dificuldade de adequar minha propriedade para receber mão-de-obra de trabalhadores para fazer a colheita manual do feijão, então o que faço ? Eu mecanizo minha colheita. Assim eu posso investir em equipamentos e qualifico somente um trabalhador e elimino 70 a 80 trabalhadores desqualificados. Sem os empregos temporários, estes trabalhadores eliminados vem para o centro urbano, sem trabalho sem renda, dependente da ajuda oficial do governo. E não há geração de emprego, por que a política de geração de emprego vem de desentorno às necessidades dos produtores. Há seis anos atrás, nós tínhamos cerca de 7 mil trabalhadores de mão-de-obra desqualificada, trabalhando na colheita de feijão. No último ano não passou de mil e quinhentos. (Samuel, Dirigente de Cooperativa e Produtor Rural)

Em praticamente todas as entrevistas realizadas foi destacado que há um elevado nível de desemprego em Unai, nas falas é possível verifica que parte da mão de obra desocupada é creditada a um recente processo de mecanização da colheita do feijão no município. É possível inferir pelas entrevistas que recentemente há uma nova expulsão de um contingente expressivo de trabalhadores para as áreas urbanas do município e para o programa de

³⁴ Quando os entrevistados se referem as legislações trabalhistas, eles estão destacam as Normas Regulamentares NR1 e as Normas Regulamentares Rurais NRR2 e NRR3, são normatizações específicas que tratam sobre a prevenção de acidentes rurais no trabalho rural (MTE, 2008).

Reforma Agrária. Segundo Oliveira (2006), no início de 2006 o município contava com 22 assentamentos, sendo considerado o município com maior número de assentamentos da região Noroeste de Minas Gerais. A TABELA 10 apresenta informações detalhados sobre estes assentamentos.

Tabela 10 - Projetos de Reforma Agrária Criados entre 1986-2006, Unaí (MG).

Nome do Projeto	Área (Hectare)	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Palmeirinha	6.146,19	161	1986
Balsamo	3.281,26	52	1987
São Pedro Cipo	5.279,97	80	1992
Santa Clara do Furadinho	1.293,00	43	1995
Boa União	4.010,92	100	1996
Renascer	1.495,13	45	1996
Barreirinho	7.884,07	38	1996
Santa Marta	2.345,48	59	1996
Jiboia	1.684,61	53	1996
Campo Verde	2.330,31	38	1997
Nova Califórnia	1.908,52	46	1997
Paraíso	3.915,05	79	1997
Vazante	2.304,00	59	1998
Cana Brava	509,7	20	1998
São Miguel	3.875,58	105	1998
Brejinho	3.118,92	98	1998
Menino Jesus	935,6809	29	1999
Curral do Fogo	4.557,35	131	1999
Cachoeira	876	16	2000
Papa Mel	1.150,14	28	2002
Estrela Guia	4.253,87	61	2005
Eldorado dos Carajás	1.618,00	62	2005
Total	64.773,75	1403	

Fonte: Tabela adaptada pelo autor a partir de informações do INCRA, 2008.

Entre as inúmeras conclusões que podem ser retiradas da TABELA 9, deve-se destacar que o início dos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciados em 1986, se intensificou entre os anos de 1996 á 1998, período em que foram criados doze assentamentos, já nos últimos dois anos não foi criado nenhum. O volume das propriedades colonizadas e o número de famílias nas últimas duas décadas também são bastante expressivos.

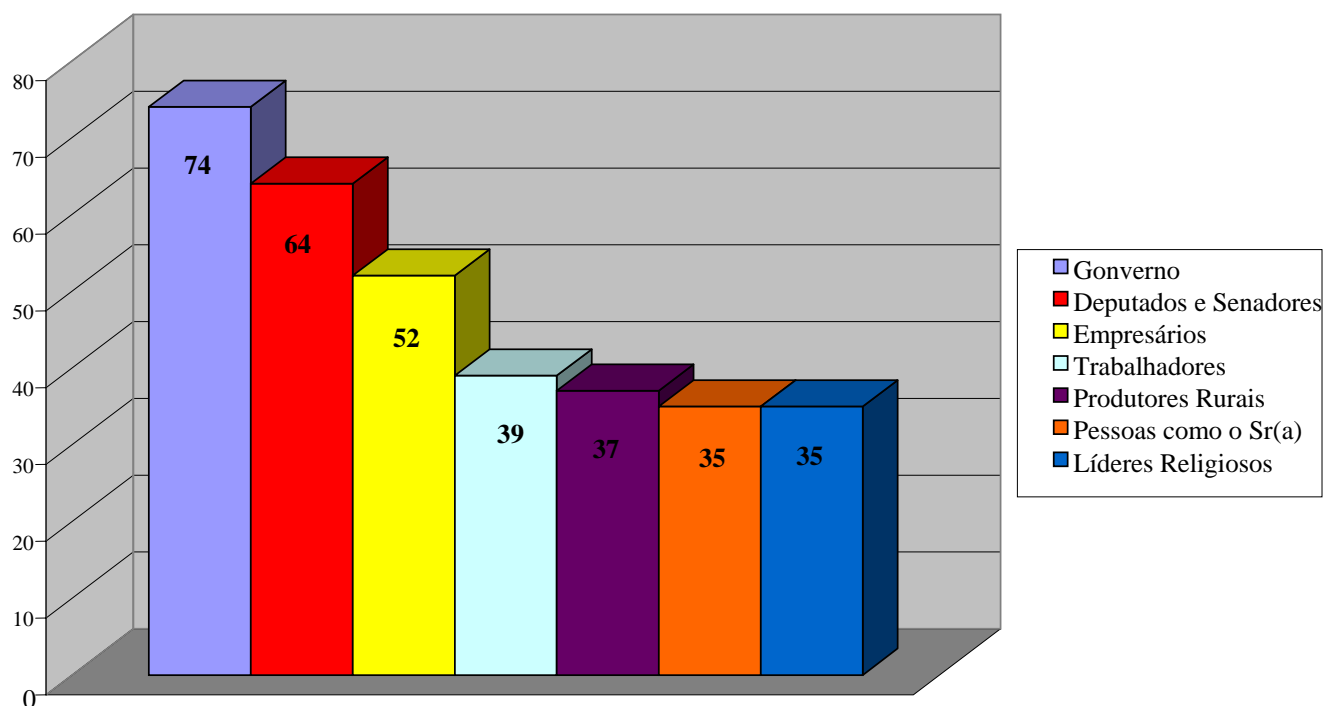
Portanto, no caso de Unai entende-se que de maneira inversa ao ocorrido no Brasil nos anos 50, onde a liberação de mão-de-obra na agricultura era considerada funcional para viabilizar o desenvolvimento econômico, no caso de Unai esse novo êxodo do campo para cidade apresenta diversas disfuncionalidades, grande número da mão-de-obra não consegue se inserir no mercado de trabalho urbano, devido à baixa qualificação e à baixa oferta de emprego e os programas de reforma agrária não conseguem atender à demanda dos trabalhadores.

No debate sobre processo de modernização da produção agrícola. Mello (1976) citado por Ramos (2007) aponta o surgimento do tema do "trabalho volante" ou da figura do "bóia fria", devido ao grande crescimento da utilização de trabalhadores temporários não mais residentes nas propriedades rurais, mas sim na periferia das cidades, especialmente das mais populosas. O crescimento deste setor teve como principal razão atender melhor às necessidades do capital, por ser mais adequado às demandas irregulares de força de trabalho por parte dos proprietários, e por permitir-lhes mais facilmente furtarem-se aos compromissos da legislação trabalhista. Neste sentido, as entrevistas indicam que a reestruturação produtiva iniciada em Unai durante a década de 1990, principalmente na colheita do feijão, pode ter desencadeado conseqüências sociais significativas como o aumento do desemprego e em última estância, a elevação da pobreza e das desigualdades sociais.

4.3 Quem é responsável pela pobreza e a desigualdade social ?

Durante a entrevista foi feita uma pergunta que solicitava aos entrevistados que ordenassem os principais responsáveis em lidar com as questões da pobreza e desigualdade social, da mesma forma que a questão sobre os principais temas, foi entregue um segundo cartão com opções prefixadas, onde o respondente marcaria 1 (um) para os atores de menor responsabilidade e 7 (sete) para os de maior responsabilidade. Os resultados estão expressos no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Responsáveis por mitigar a pobreza e a desigualdade social, segundo a elite do agronegócio em Unaí.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico nos fornece importantes informações sobre a percepção da Elite Unaiense. Quando questionados sobre a responsabilidade de resolver o problema da pobreza e da desigualdade social, os entrevistados em sua maioria apontaram o governo e em menor número, deputados e senadores como responsáveis. Ou seja, há uma clara responsabilização do “Estado” como provedor de soluções. Alguns resultados encontrados em Unai se assemelham aos resultados obtidos por Elisa Reis (2000), que aponta como resposta mais comum entre as elites, a crença que os problemas sociais poderiam mudar se houvesse vontade política e se o Estado cumprisse seu papel.

Tomam como pacífico que é possível mudar a realidade através da ação. Logicamente, podemos nos questionar por que motivo essa visão não tem levado a uma pressão por mais ação e planejamento mais rigoroso. Aparentemente, as indicações são no sentido de que a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado. É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações (REIS, 2000, p.148).

Através dos gráficos é possível notar que: trabalhadores, produtores rurais e líderes religiosos e os próprios entrevistados são pouco responsáveis por lidar com as questões de pobreza e desigualdade social. Entende-se, portanto, que os principais problemas sociais e econômicos devem ser atribuídos ao setor público. A partir de argumentos apontados por Cheibud & Lima (1994) a posição dos entrevistados pode ser chamado de traço permanente da cultura brasileira, segundo o qual se algo não vai bem a culpa é do governo que tudo pode e deveria fazer.

4.4 Agroindustrialização e possibilidades futuras

Sobre as conseqüências das desigualdades sociais, Hirschman (1975) destaca que nos estágios iniciais de um processo de desenvolvimento econômico, as desigualdades na distribuição de renda entre as diferentes classes, setores e regiões tendem a aumentar. Mas, há sociedades que desenvolvem considerável tolerância com tais desigualdades. A tolerância, porém, é como um crédito que vence em certa data. Ele poderá ser estendido na esperança de que eventualmente as desigualdades diminuam.

O bem-estar de um indivíduo depende do seu estado presente de satisfação (ou, em seu lugar, de sua renda), assim como da satisfação (ou renda) futura esperada. Suponhamos que ele disponha de poucas informações sobre qual será sua renda futura; suponhamos ainda que num dado momento alguns dos seus parentes, vizinhos ou conhecidos experimentem melhoria em sua posição econômica ou social. A partir desse momento ele terá algo em que se agarrar na esperança de que sua vez acabará por chegar, ele derivará alguma satisfação do progresso dos outros — pelo menos durante algum tempo. Para efeitos de nossa argumentação vamos referir-nos a essa colocação inicial como o “efeito-túnel” (HIRSCHMAN, 1975, p. 32).

Para entender a idéia do efeito túnel, formulada por Hirschman (1975) é necessário pensar um túnel com várias faixas onde trafegam veículos automotores. Dentro deste túnel há dois carros em faixas diferentes um ao lado do outro. Um carro “B” avança e esse fato leva o carro “A” a criar uma expectativa de melhoria em sua própria posição. Portanto, a idéia do efeito túnel é de que uma alteração na renda de “B” ocasiona mudanças no bem-estar de “A”, não somente porque a posição relativa de “A” na escala de renda modificou-se, mas porque as mudanças na situação de “B” afetarão as previsões de “A” quanto à sua própria renda futura.

Em uma situação oposta: uma deterioração na situação de “B” faz com que “A” fique apreensivo quanto à sua própria situação.

Em nossa avaliação da teoria do efeito túnel cada um dos carros tem uma lógica diferente. O carro “A” é o “observador”, aquele que nota o movimento do carro “B” na faixa ao lado e cria num primeiro momento a expectativa positiva de que assim como o carro “B” tão logo estará em movimento. Mas, neste trabalho a intenção é entender a visão do carro “B”, aquele que se movimenta primeiro. Neste sentido, por razões citadas na parte metodológica do primeiro capítulo, entende-se que a elite do agronegócio em Unai detém e acessa recursos econômicos e políticos privilegiados. Analisando com essas referências é possível dizer que este grupo de entrevistados faz parte do que poderíamos chamar de grupo do “carro B”.

Por limitações presentes em qualquer trabalho dissertativo, não será possível fazer um aprofundamento sobre a visão do grupo do “carro A”, este grupo pode compreender trabalhadores rurais assalariados, desempregados da zona rural e urbana, além de outros que poderiam fazer parte do grupo. Sobre essa ótica o grupo do “carro A” sempre terá como referência o grupo do “carro B”. Depositando nele todas suas expectativas, tanto positivas de acreditar que assim como outro carro ele irá movimentar em breve, quanto negativas se o “breve não for tão breve”, e sua espera se alongar por muito tempo. Abaixo apresentamos algumas opiniões que estão relacionadas ao que entendemos por efeito túnel em Unai.

São pessoas que eram da zona rural, que migraram para o meio urbano, isso há 10 há 15 anos atrás e vive à margem do mercado de trabalho. Geralmente fazem trabalhos temporários, mas, são pessoas que não tem segurança. Trabalham um período fica um tempo sem atividade. Nós não temos condições de absolver toda essa mão de obra

no campo. A solução seria a agroindustrialização (Marcos, Gerente do Condomínio e Produtor Rural).

Resolver não, mas amenizar sim. Através do desenvolvimento econômico pode surgir mais emprego. E nós somos carentes de emprego por aqui. A agricultura e pecuária nossa já está resolvida. Em breve Unai vai industrializar seus produtos, e isso vai gerar muito emprego (Isaac, Ator político).

Se o agronegócio tiver resultados positivos os produtores, as cooperativas poderão investir no processamento da produção primária. Isso combateria as desigualdades na medida em que você gera trabalho para a pessoa. Conseqüentemente tem menos problemas sociais a diminuição da pobreza (João Batista, Dirigente de Cooperativa e Ator Político).

Aqui em Unai tem periferia, onde mora muita gente que passa dificuldades? Foram pessoas que vieram da roça e criaram os bolsões de pobreza. Esse pessoal trabalha no dia a dia. A tendência é melhorar, por que a região é rica, produz e está tecnificando cada vez mais. O que falta é mercado de emprego para absorver esse bolsões de pobreza (...).O que a política local teria que ver é como absorver esse pessoal. E busca agroindústria pra absorver esse pessoal mesmo mal qualificado. Agroindústria é o que a região exige! (Paulo, Dirigente de Cooperativa e Produtor Rural).

Somos a região pujante do agronegócio. Estamos também atraindo indústria de biodiesel para nossa região. Nós temos visto quanto nossa região tem destaque no cenário estadual. Essa reunião aqui hoje de lideranças Noroeste, mostra nosso empenho, nossa vontade política de está fazendo o crescimento acontecer (Prefeito municipal de um

município do Noroeste de Minas, Cerimônia de Abertura da Exposição Agropecuária de Unaí-MG).

A utilização do efeito túnel neste trabalho procura explorar uma de suas características fundamentais que é seu lastro temporal. O emprego deste conceito está relacionado com a possibilidade de entender nos discursos sobre desenvolvimento atual do agronegócio no município e a visão do futuro deste. Uma interpretação das falas da elite entrevistada possibilitaria entender que o futuro do desenvolvimento do agronegócio e de toda economia de Unaí está ligado ao processo de agroindustrialização do município. No segundo capítulo, observou-se que existe uma percepção por parte dos entrevistados que o desenvolvimento do agronegócio não possibilitou a superação dos inúmeros problemas sociais presentes no município. Por este motivo, a agroindustrialização aparece nas falas dos entrevistados com um “sonho”, promessa de inclusão social. Perspectiva que empurra questões atuais e urgentes para serem resolvidas no futuro.

Portanto, a ênfase da questão temporal presente na fala dos entrevistados, possibilita utilizar o referencial teórico proposto por Kliksberg (2001) onde diz que grande parte dos setores influentes da sociedade defendem uma certa “paciência histórica”. Trata-se da idéia de que o desenvolvimento compreende etapas. Haverá uma etapa de “apertar os cintos”, mas logo em seguida haverá um impulso que permitirá aos desfavorecidos retirar-se da pobreza. Nesta visão o social deve esperar, e é preciso entender o processo e ter paciência enquanto as etapas ocorrem. Em muitos casos, os danos causados pela espera poderão ser irreversíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão da elite do agronegócio em Unaí sobre as causas e conseqüências da pobreza e desigualdade social no município é o fio condutor de toda a dissertação. As outras questões abordadas na dissertação se relacionam com a percepção da elite sobre os dois temas. Sendo assim, para averiguar o problema, foram construídas duas hipóteses norteadoras. A primeira argumenta que a elite do agronegócio é sensível aos impactos do crescimento do setor no desenvolvimento econômico do município, mas constroem percepções diferentes quanto às questões ligadas à pobreza e às desigualdades sociais. Na segunda hipótese, entende-se que os atores que percebem o efeito concentrador do crescimento econômico no município acreditam que ocorreu algo que pode ser comparado ao que Hirschman (1975) definiu como “efeito túnel”, ou seja, o efeito concentrador de renda é inerente ao estágio inicial de desenvolvimento econômico do município, e que por outro lado há tolerância de grande parte da população com o modelo de desenvolvimento atual, têm relação direta com a crença de que estes irão participar dos benefícios futuros que o agronegócio poderá trazer para o município. Neste intuito apresenta-se a seguir considerações gerais sobre os principais resultados da pesquisa.

Mostrou-se que o crescimento do Produto Interno Produto *per capita* em Unaí foi expressivo entre os anos de 1991 e 2000, alguns indicadores, sociais com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentam uma relativa melhora durante o mesmo período. No entanto, ao observar os índices de concentração de renda, verifica-se que em 10 anos ocorreu um crescimento significativo do mesmo, situação que coloca o município no ano de 2000, como um dos piores em distribuição de renda do Estado.

Entre as conseqüências do desenvolvimento econômico em Unaí, a atração de considerável número de migrantes de regiões próximas é apontada como um fator negativo. Na ótica dos entrevistados, os novos habitantes representam um encargo para o município. Em sua maioria os trabalhadores que chegaram são portadores de pouco capital financeiro e com baixa escolaridade, vieram realizar o trabalho braçal das diversas lavouras de feijão, cebola, da batata inglesa, do café, entre outros produtos. Porém, em uma agricultura cada vez mais tecnificada é cada vez mais dispensável braços para o trabalho nas lavouras. Essa situação resgata o debate em torno da mecanização da lavoura agrícola em Unaí, imprescindível para entender as percepções relacionadas à pobreza e a desigualdade no município. Segundo, Taylor (1992), citado por Kliksberg (2001), a tecnologia é um meio para alcançar um fim, e se o debate sobre fins desaparece, a racionalidade tecnológica predomina sobre a racionalidade ética, resultado que pode agravar vários problemas sociais.

Vários impactos compensatórios são apresentados quando se defende a intensificação da utilização de tecnologias. Conforme Bastos (2002) pode-se destacar entre eles: em primeiro lugar, a criação de novos produtos, serviços e mercados e, conseqüentemente, expansão dos empregos, e em segundo, o crescimento da produtividade do trabalho traz consigo redução de custos, que poderá implicar no barateamento do preço das mercadorias. No caso do agronegócio, o discurso do setor reforça que a utilização cada vez mais intensa de tecnologias é essencial para se alcançar o objetivo de se produzir alimentos em quantidade suficientes e preços acessíveis. Sobre este último ponto deve-se ponderar que o fato de o Brasil produzir uma quantidade de alimentos que é suficiente para alimentar toda população não significa que toda população terá acesso a estes alimentos, devido ao baixo poder aquisitivo de grande parte da população e porque consideráveis quantidades dos produtos se destinam ao mercado externo. A adoção de novas tecnologias também atinge de forma

diferenciada os trabalhadores com menor qualificação, desta forma, os empregos relacionados com atividades rotineiras e de baixos requisitos de escolaridade são os primeiros que serão instintos.

No que diz respeito a tecnologias empregadas, a partir da pesquisa realizada em Unaí foi possível verificar que a mecanização da agricultura se intensifica com a expansão da fronteira agrícola nos anos 1980, mas nos últimos anos surgiram novas tecnologias, principalmente na colheita do feijão, produto de maior destaque na agricultura do município. Conseqüentemente, muitas pessoas atraídas para os empregos na colheita do produto, perderam ao longo dos últimos anos seus postos de trabalhos. A fiscalização trabalhista, que atua nas propriedades, também é apontada como um incentivo para adoção de novas tecnologias. Conforme argumento da elite do agronegócio em Unaí a legislação atual é inadequada para o meio rural, por isso a saída mais fácil para fugir da fiscalização é mecanizar a lavoura e empregar um número menor de trabalhadores. Observa-se que no discurso dos entrevistados, está ausente a preocupação com as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores nas propriedades do município. Portanto, verifica-se a presença de indícios que a reestruturação produtiva ocorrida principalmente nas lavouras de feijão, se relaciona diretamente ao aumento do desemprego no município e conseqüentemente com outros problemas sociais apontados pelos entrevistados.

Mas, de quem será a responsabilidade em solucionar os problemas da pobreza e da desigualdade social? A solução dos problemas sociais é considerada, no discurso dos entrevistados, um problema do Estado, que através das suas diversas políticas públicas deve acabar com a pobreza e principalmente incentivar o crescimento econômico. Se por um lado o Estado é o principal responsável por solucionar os problemas sociais, por outro, há uma crítica aos programas sociais como o “Bolsa Família”. Segundo, a elite do agronegócio, trata-

se de programas paternalistas, que acomodam os trabalhadores. Há que se considerar, porém, que a garantia de uma quantidade mínima de renda pode garantir, conforme Sen (2000), a liberdade do trabalhador em optar por um emprego com adequadas condições de trabalho³⁵ e remuneração justa.

A melhora da qualificação profissional dos trabalhadores é apontada pela elite do agronegócio em Unai como uma necessidade imediata para solucionar os problemas sociais do município. Através de uma melhor formação educacional estes alcançariam ocupação no mercado de trabalho. Entende-se que a idéia de meritocracia é freqüentemente utilizada para descrever sociedades onde renda, riqueza, e posição social são designadas por competição e os mais aptos são merecedores de tais vantagens. Por outro lado, o termo pode ser entendido com uma conotação de "Darwinismo Social", baseado em uma falsa neutralidade onde os vencedores são os "melhores". Sobre a questão, Bourdieu (1973) apud Helal (2007) propõe uma teoria do "capital cultural", ressaltando que estudantes com maior capital cultural, provenientes de famílias com maior estoque cultural são mais aptos a decifrar as "regras do jogo" e conseqüentemente alcançam posições socialmente reconhecidas com mais elevadas, mantendo as estruturas socioeconômicas inalteradas.

O estudo também verificou que o município com maior número de assentamentos da região do entorno do Distrito Federal possui no processo de reforma agrária, uma chave para o entendimento das questões relacionadas à pobreza e desigualdade social. Conforme a elite do agronegócio em Unai, os assentamentos de reforma agrária em Unai são pouco viáveis, mas são caracterizados como um mal menor, já que os trabalhadores que não possuem

³⁵ Sobre as condições dos trabalhadores rurais em Unai, em estudo recente Guimarães (2007) realiza uma investigação ergonômica de trabalhadores rurais de Unai que exercem atividade de arranquio e juntamento do Feijão. As conclusões da pesquisadora são: primeiro, as condições dos trabalhadores rurais precisam melhorar em relação ao bem estar dos mesmos; segundo, a remuneração do trabalhador por produtividade acaba o incentivando a trabalhar acima da sua capacidade física; terceiro, a atividade exige a execução de exercícios repetitivos com elevado esforço físico.

nenhuma propriedade rural, e não possuem empregos, se tornam assentados de reforma agrária. Grande parte da mão-de-obra antes ocupada na colheita do feijão, hoje ociosa devido à elevação da utilização de maquinários, se encontra em assentamentos rurais. Portanto, observa-se que a reforma agrária é considerada política paliativa para minimizar possíveis conflitos distributivos, e não é considerada uma política de redistribuição de renda e de desenvolvimento rural.

A partir das entrevistas é possível dizer que a elite do agronegócio acredita que o desenvolvimento econômico de Unaí está ocorrendo em etapas, e que o município já cumpriu com êxito os primeiros estágios. Por este motivo, Unaí parece viver uma fase de transição, de uma economia predominantemente agrícola, economicamente eficiente, socialmente iníqua, para o estágio de agroindustrialização, de formação de um parque industrial que agregará valor aos produtos produzidos no município e abrirá várias possibilidades de geração de empregos no futuro, inclusive para setores ocupacionais que perderam espaço com a intensificação da mecanização das lavouras no município. Todavia, como argumenta Kliksberg (2001), a durabilidade e intensidade do crescimento econômico possuem relação direta com as desigualdades sociais, ou seja, quanto menores forem as desigualdades sociais, mais consistente e durável será o crescimento econômico de Unaí. A elite também aponta uma possível trajetória, que não compreende uma alternativa de realização de mudanças sociais imediatas, mas aparece como uma possibilidade de alteração futura. Conforme os entrevistados, a agroindustrialização aparece como uma solução para vários problemas socioeconômicos do município, através da criação de empregos e, por consequência, melhorias sociais no município. Os atuais problemas parecem que só serão resolvidos no “futuro”, cuja distância temporal não é possível mensurar. Resgatando Hirschman (1975): é possível dizer que o carro onde se encontram os trabalhadores excluídos pelo processo produtivo, na visão

da elite do agronegócio em Unaí, só se moverá quando iniciar a agroindustrialização, ou seja, a solução do problema é postergada para o momento futuro, sem data marcada para começar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness. **Segurança Alimentar- Uma abordagem de Agribusiness**. São Paulo: Edições ABAG, 1993.

ALVES, Eliseu. Migração rural–urbana. In: ALVES, Eliseu (org). **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletânea de artigos revistos** Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

BAER, Werner. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, Classe Social e Poder Local. Araraquara: **Estudos de Sociologia**, ano 4, n. 7, jul./dez. 1999.

BARROS, Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros (cord). **Agronegócio Brasileiro - Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento**. Piracicaba (SP). Escola Superior de Agricultura “Luiz De Queiroz” ESALQ/USP, 2006.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. IPEA, 1995. (Texto para Discussão N° 377).

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n.42, fev. 2000, p.123-142.

BASTOS, Raul Luis Assumpção. Desemprego Tecnológico. In: CATTANI, Antônio David (org). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

BESSION, Jean-Louis. As estatísticas: verdadeiras ou falsas. In: BESSION, Jean-Louis (org). **A Ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BOTTOMORE, T. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

BOTTOMORE, T. (org). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias**. In: Nogueira, M. A. e A. Catani (orgs.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Capítulo III. Petrópolis : Vozes, 1998.

BOUDON, R.; BOURRICAUD F.. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

CASTRO, Ana Célia (org). **Desenvolvimento em Debate- Seminário Internacional: Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo**. Seminário “50 anos do BNDES”. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.

CASTRO, Ana Célia; GUTMAN, Graciela E. **Análisis de Sub-Sistemas Agroalimentarios (Manual de Capacitación)**, 2001. (No Prelo)

CHEIBUB, Zairo Borges; LIMA, Maria Regina Soares. **Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994. (Relatório de Pesquisa).

DAVIS, J. H.; GOLDENBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária na Era do Agronegócio, 1983-2003: ajuste externo, abertura política e domínio liberal. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY Jr. Osvaldo. **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 1999.

DUARTE, Mariana Ferraz. Mariana Ferraz Duarte: **As agendas sociais brasileiras de desenvolvimento local: possibilidades de diálogo, articulações e de convergências.** 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Globalização, Agricultura e Meio Ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados.** In: Duarte Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs). *Tristes Cerrados - sociedade e biodiversidade.* Brasília (DF): Paralelo 15, 1998.

ELIAS, Norbert & Scotson, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders - Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Deusdete José. **A História de Unaí.** Disponível em: www.camaraunai.gov.br. Acesso em: 25 de abril de 2007.

FERREIRA, Marcelo Costa. PERMEÁVEL, MA NON TROPPO ? A mobilidade social em setores de elite, Brasil – 1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16 n.47, out. 2001, p.141-185.

FRANÇA, Múcio. **O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais.**1984. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GASQUES, José Garcia *et. al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** Brasília: IPEA, 2004. (Textos para discussão, 1009).

GIGLIO, Carolina B. M. da Cunha. **A pobreza na visão das Elites**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GRYNSZPAN, M. “A teoria das elites e sua genealogia consagrada.” In: **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.41, Relume/Dumará, ANPOCS, 1996.

GUIMARÃES, Alberto P. **O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura**. Revista de Economia Política, Vol. 2, n. 3, jul./set.,1982. p. 147-151.

GUIMARÃES, Gabriela Martins Guimarães. **Trabalho Escravo: O Desrespeito às Conquistas Sociais do Trabalhador Rural Brasileiro**. 2004 (Monografia). Departamento de Ciências Jurídicas, da Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

GUIMARÃES, Magali Costa. “**Só se eu tivesse uma coluna de ferro pra agüentar mais...**” – **Contexto de produção agrícola, custo humano do trabalho e vivência se bem-estar entre trabalhadores rurais**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

HELAL, Diogo Henrique. O papel da educação na sociedade e organizações modernas: criticando a meritocracia. **Revista Eletrônica de Administração**. Vol. 13, Nº 2 mai-ago, 2007. Disponível em: www.read.adm.ufrgs.br. Acesso em: 25 de abril de 2007.

HIRSCHMAN, Albert. **Autosubversão – teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____ Mudanças na tolerância com a desigualdade de renda no curso do desenvolvimento econômico. **Estudos CEBRAP** n.13, jul./set. 1975, p. 30- 54.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 01 de abril de 2007.

_____ **Produção Agrícola Municipal**. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática: Banco de Dados Agregados. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 09 de Maio de 2008.

_____ **Pesquisa de Produção Agrícola Municipal – 2004**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 5 de Janeiro de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de Assentamento**. Disponível em: www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf. Acesso em: 09 de Maio de 2008.

JOHNSTON, B. F. & MELLOR, J.W. The Role of Agriculture in Economic Development. **American Economic Review**, Vol. 51,1961. p.566-93.

KAGEYAMA, A. “O novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: Delgado, G. C., Gasques, J. G. & Villa Verde, C. M. (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, 1990.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Por que se Importar com a Desigualdade. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, pp. 649 a 675.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LAVINAS, Lena. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão N° 591)

MAGALHÃES, L. C. G. ; SILVEIRA, F. G. ; TOMICH, F. A. O desempenho de comércio internacional e competitividade do agronegócio brasileiro: avaliação da década de 1990 e cenários. IN: GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júlia C. P. R. da (orgs). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2003.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa** Educação e Pesquisa, São Paulo, Universidade de São Paulo. v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MARX, Karl. "O Exército Industrial de Reserva". (Trecho retirado do capital) In: IANNI, Octávio. (org.) **Marx: Sociologia**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), São Paulo: Ática, 1988:125-132.

_____ **Trabalho Assalariado e Capital**. Disponível em: www.marxists.org. Acesso: 6 de Janeiro de 2008.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2005.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Normas Reguladoras**. Disponível em: www.mtb.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras. Acesso em: 09 de Maio de 2008.

MOREIRA, Roberto J.. Criticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.15, p. 39-52, 2000.

MÜLLER,G..Ambivalência da modernização agrária. São Paulo: **Revista novos estudos - CEBRAP**, nº21, 1988.

_____ **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Ed. Hucitec/Educ, 1989.

NERI, Marcelo Cortes (coord). **Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O segundo Real**. FGV/CPS, 2006.

O'GRADY, Isabela Nascimento. **Lazer junto com as Mães: restrições ao lazer infantil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Gisele A. B. L. de; OLIVEIRA, Valéria M. Alguns Aspectos da Teoria da Justiça de John Rawls. **Revista jurídica CESUMAR**. Ano I - Nº 1 - 2001.

OLIVEIRA, Marcelo L. Romarco. Um olhar sobre os assentamentos rurais no Entorno do Distrito Federal. **Caminho da Geografia – revista on line**. vol. 6 n.19, out. 2006, p. 102-112. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.htm>. Acesso em: 08 de Novembro de 2007.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de. **Unaí: Rumo às Veredas Urucuaianas**. Edição Prefeitura Municipal de Unaí, 1988.

PADILHA Jr., João Batista. **Agronegócios**. Disponível em www.joaopadilha.tripod.com. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2008.

PNUD, IBGE & FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2002). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília. PNUD. Software disponível em: www.undp.org.br. Acesso: 19 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. **Unaí: um município pronto para o futuro.** Disponível em: www.prefeituraunai.mg.gov.br. Acesso em: 5 de abril de 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso: 29 de Setembro, 2006.

RAMOS, Pedro (org). **Dimensões do agronegócio brasileiro políticas, instituições e perspectivas.** Brasília : MDA, 2007. (Nead Estudos ; 15)

REIS, Elisa Pereira. **Processo e Escolhas: estudos de sociologia política.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____ A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In:SCALON, Celi (org). **Imagens da Desigualdade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

_____ Percepções da Elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n.42, fev. 2000, p.143-152.

REIS, Perreira Reis & CHEIBUB, Zairo. Valores políticos das elites e consolidação democrática. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 38, n.1. 1995, p. 31-56.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **O Eldorado do Brasil Central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado.** In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopia.* Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002, v., p. 249-275.

ROCHA, Sônia. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão N° 721).

_____ **Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata.** 2ª. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____ **Renda e Pobreza: os impactos do plano real.** Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para discussão N° 439).

ROCHA, Rudi; URANI, André. **Distribuição de renda no Brasil: um ensaio sobre a desigualdade desconhecida.** In: XXXIII Encontro Nacional de Economia, Natal, 2005.

ROUANET, Luiz Paulo. **Justiça como equidade: uma proposta brasileira.** 3º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Niterói -Rio de Janeiro, 28 – 31 de julho de 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Apresentação e comentários de Jean-François Braunstein, Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da descoberta à invenção. **Revista Estudos Avançados**, N° 15 (43), 2001. p. 75-82.

SAES, D. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, n° 3, 1994.

SANTOS, Roosevelt José dos; VASCONCELOS, Volnei Freitas. **A Chegada do Projeto PRODECER-I em Iraí de Minas e os Migrantes.** II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA. PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”, Uberlândia, 2003.

SCALON, Celi (org). **Imagens da Desigualdade** . Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SCALON, Celi. **Justiça com igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro.** Porto Alegre. Sociologias. Ano 9, n° 18, jun/dez. 2007. p, 126-149.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Trad. e apresentação Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. Prefácio do RDH de 1999. In: PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1999**. Disponível em: www.pnud.org.br/hdr/hdr99/Sinopse.doc. Acesso: 3 de Outubro, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico Municipal - Unaí (MG)**. Brasília: Ed. SEBRAE, 1999.

SOTO, Silvia Fernández. El concepto de pobreza en la teoría marxista. **Serviço Social e Sociedade**, nº 73 Ano XXIV, Março de 2003.

SZMRECSÁNYI, T.. **Sugestão de um novo esquema de análise do setor agropecuário**. Contexto, Novembro/1977, p. 127-136.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

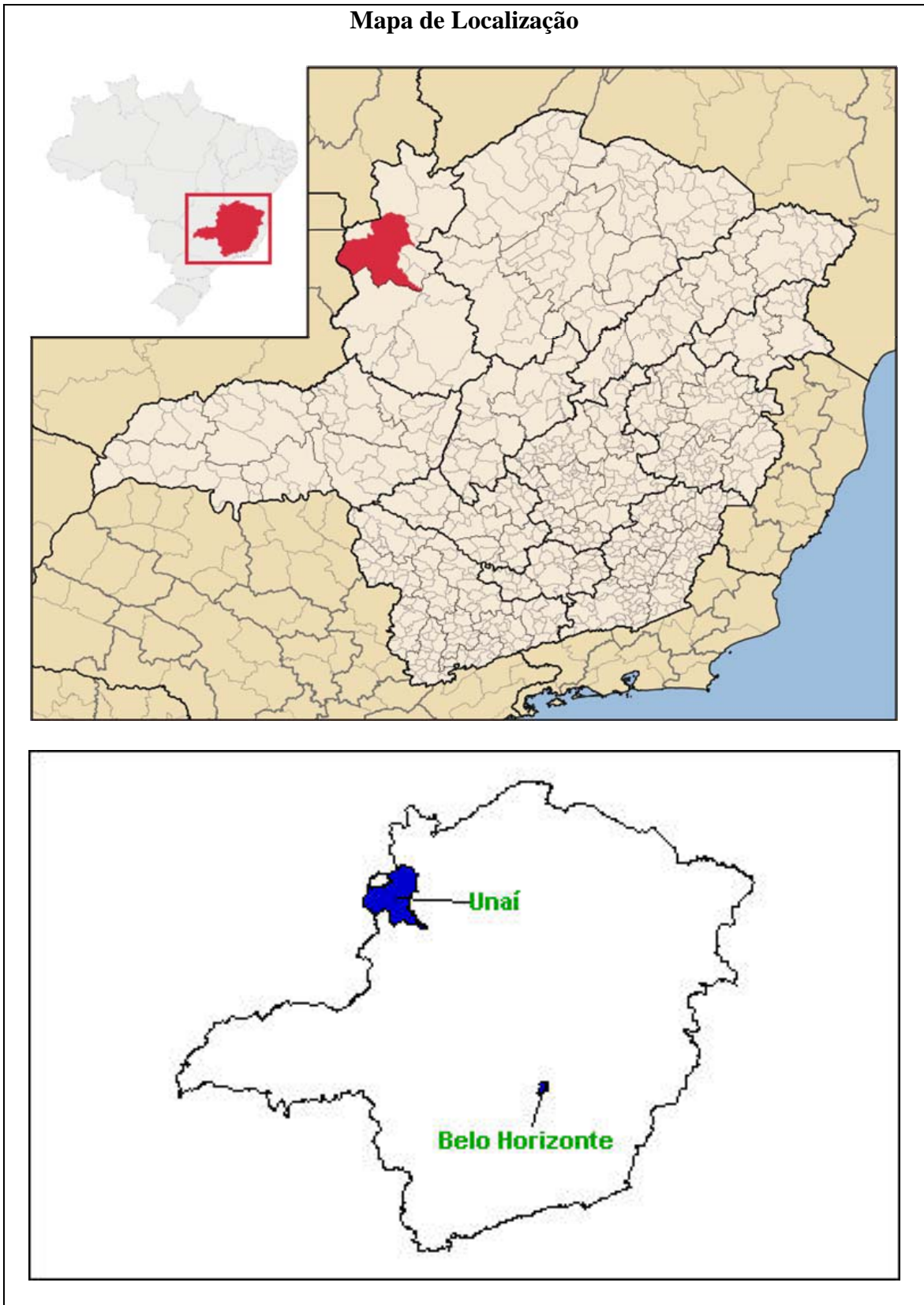
_____. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, Ana Célia (org). **Desenvolvimento em Debate - Seminário Internacional: Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo**. Seminário “50 anos do BNDES”. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.

WERNECK, Heloisa. **Reestrutura produtiva e desestruturação do mundo do trabalho**. Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 2, n.3, p, 9-35, 2002.

ANEXOS

Anexo A

Mapa de Localização



Anexo B



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento Agricultura e Sociedade



Ilmo.(a) Sr.(a)

O Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade é um programa interdisciplinar de ensino, pesquisa e intercâmbio em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural. Criado em 1976 como Mestrado, passou a oferecer, a partir de 1995, Doutorado. O CPDA está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e está sediado no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O mestrando Daniel Coelho de Oliveira, sob minha orientação, desenvolve sua dissertação de mestrado sobre o desenvolvimento do agro-negócio e seus impactos no Município de Unai, Minas Gerais. Esta dissertação é apoiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), financiada pelo NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) e por ActionAID. Dada a sua relevância, e visando cumprir os requisitos acadêmicos da pesquisa, Daniel inicia sua pesquisa de campo junto a produtores, empresários, políticos e outros atores relevantes do Município de Unai.

Solicitamos seu apoio na resposta aos questionários, bem como com informações que julgue relevante para a pesquisa. Desde já garantimos que sua identidade será mantida em sigilo. Certos de contar com sua colaboração e decidido apoio, aproveitamos para expressar nossa elevada estima e consideração. Atenciosamente,

Dra. Ana Célia Castro
Professora Titular do

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ

Anexo C

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade-CPDA.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Informações Preliminares ao Entrevistado

- **Apresentação pessoal**
- **Objetivos da entrevista**
- **Sigilo das informações**
- **Autorização de gravação**

Data: __/__/____.

Nome: _____.

Grupo de Pertencimento: _____.

1. Trajetória dos Entrevistados (Fale um pouco da sua trajetória)

- 1.1. O Sr.(a) nasceu em Unai ? Caso não, onde?
- 1.2. Qual o motivo que o levou a mudar para Unai?
- 1.3. Quanto tempo mora em Unai?

2. Percepções sobre o Agronegócio

- 2.1. Você acredita que o desenvolvimento do agronegócio em Unai têm sido importante para o desenvolvimento econômico do município, e melhorado a qualidade de vida de seus habitantes?
- 2.2. O que Sr (a) entende por agronegócio?

3. Percepções sobre Unai?

- 3.1. Fale um pouco sobre a situação econômica de Unai a partir de 1990.
- 3.2. Como os Sr.(a) vê as perspectivas do Unai no curto prazo? Com relação ao crescimento econômico e desenvolvimento social.
- 3.3. Em sua opinião, quais são os principais problemas de Unai ?
- 3.4. O que lhe parece mais problemático, pobreza ou desigualdade social ?
- 3.5. Unai tem pobreza?
- 3.6. Em sua opinião, há desigualdade econômica de Unai?
- 3.7. Em sua perspectiva as pessoas menos favorecidas em Unai, terão mais oportunidades no futuro ?

3.8.. Em sua opinião quais os principais responsáveis em mitigar a pobreza e desigualdade social no Brasil? (Mostra Cartão 1) (O cartão foi entregue ao entrevistado no momento da realização da pergunta)

Cartão 1

- () Governo
- () Deputados e Senadores
- () Empresários
- () Líderes Religiosos
- () Trabalhadores
- () Pessoas como o Sr(a)
- () Produtores Rurais

4. Percepções sobre Pobreza e Desigualdade?

4.1. Quem você chamaria de pobre em Unai? Quantos, aproximadamente, seriam os pobres? Pobreza ou desigualdade? O que é mais problemático? Por quê?

4.2. O que é preciso para alguém deixar de ser pobre? Esforço individual ou ajuda? Por quê?

- 4.3. O senhor (a) acredita que o crescimento econômico pode resolver o problema(s) de Unaf?
- 4.4. Você acredita que seria necessária mais tributação para viabilizar políticas de combate à pobreza?
- 4.5. Fornecer aos entrevistados uma lista de temas e pedir que ordenem por ordem de importância (Mostre Cartão 2) (O cartão foi entregue ao entrevistado no momento da realização da pergunta)

Cartão 2

- () Segurança
- () Crescimento econômico,
- () Saúde e educação primária
- () Educação superior
- () Políticas de bem-estar
- () Meio-ambiente
- () Corrupção
- () Reforma agrária

- 4.6. Você acredita que a Reforma Agrária é uma política de combate a pobreza?
- 4.7. Você acredita que se o governo quiser realmente pode reduzir significativamente a pobreza? Como?
- 4.8. O que é mais urgente combater: a pobreza ou a desigualdade? Por quê?

4.9. Como o agronegócio pode ajudar a combater a pobreza e a desigualdade?

5. Percepções sobre o Futuro?

5.1. NÓS últimos anos a vida no município, melhorou, permaneceu a mesma ou piorou?

Por quê?

5.2. A partir da sua atual condição de vida. Você acredita nos próximos anos sua condição vai: melhorar, permanecer a mesma ou piorar ? Por quê ?

5.3. A partir da situação social e econômica de Unaí. Você acredita nos próximos anos Unaí vai: melhorar, permanecer a mesma ou piorar? Por quê?